



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS EVENTO: Conferência N°: 0788/06 DATA: 1/6/2006 INÍCIO: 09h38min TÉRMINO: 12h52min DURAÇÃO: 03h14min TEMPO DE GRAVAÇÃO: 03h13min PÁGINAS: 64 QUARTOS: 39

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

EDNA ROLAND - Relatora-Geral da Conferência Mundial contra o Racismo e membro do Grupo de Experts da ONU no Combate ao Racismo na América Latina e Caribe; MARCUS ALESSANDRO SILVA DOS SANTOS - Representante do Movimento Negro Unificado e da Campanha Reaja ou Será Morto, Reaja ou Será Morta; JAILSON DE SOUZA E SILVA - Representante do Observatório de Favelas do Rio de Janeiro; CARMEN OLIVEIRA - Subsecretária de Crianças e Adolescentes da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.

SUMÁRIO: X Conferência Nacional de Direitos Humanos

OBSERVAÇÕES

Há falha na gravação. Há termo ininteligível; Há orador não identificado

O SR. COORDENADOR (Deputado Luiz Alberto) - Bom-dia a todos.

Nosso painel, assim como os outros, estava previsto para se iniciar às 9h. Ontem, a abertura da X Conferência foi bastante concorrida, mas esperávamos que os participantes dos diversos painéis estivessem presentes, principalmente, na plenária. Parece-me que os expositores convidados para este Painel 2: *Falcões, Racismo e Violência - O extermínio da População Negra no Brasil 5 anos Pós Durban*, não chegaram ainda.

Temos aqui presentes o Sr. Marcus Alessandro, representante do Movimento Negro Unificado, e a Sra. Carmen Oliveira, da Subsecretaria de Crianças e Adolescentes da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. A Sra. Edna Roland ainda não está presente, mas o Sr. Jailson de Souza já se encontra aqui.

A maioria dos expositores está presente, por isso, vou convidá-los para iniciarmos nosso painel.

Convido para compor a Mesa o Sr. Marcus Alessandro Silva dos Santos, representando o Movimento Negro Unificado.

Apesar de ter sobrenome igual ao meu, ele não é meu irmão de sangue, mas é irmão de luta. Convido também o Sr. Jailson de Souza e Silva, representante do Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, e a Sra. Carmen Oliveira, Subsecretária de Crianças e Adolescentes da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.

Estamos aguardando a presença da Sra. Edna Roland, Relatora-Geral da Conferência Mundial Contra o Racismo e a Xenofobia, que ocorreu em Durban, e membro do Grupo de Experts da ONU no Combate ao Racismo da América Latina e Caribe.

Nossa companheira Deise Benedito, do Fórum Nacional de Mulheres Negras, já se encontra presente e vai coordenar um grupo de trabalho que será derivado do Painel 2. Dentre os membros desse grupo de trabalho, ela deverá escolher 2 relatores ou relatoras para fazer o relatório final.

Convido também a companheira Edna Roland para fazer parte da Mesa do Painel II.

Informo aos companheiros presentes que, quando usarem o microfone, apresentem-se, declinem seu nome e a entidade que representam, para que seja registrado no nosso áudio, já que tudo está sendo gravado. Da mesma forma devem proceder as pessoas que vão usar a palavra logo após a Mesa se manifestar.

Este Painel 2 foi sugerido à X Conferência Nacional de Direitos Humanos não em função da conjuntura tão inquietante que vimos nos últimos dias no caso de São Paulo, porque, na verdade, tal fenômeno poderia ter ocorrido em qualquer Unidade da Federação, em qualquer grande Capital, em qualquer grande cidade do País. Os elementos que produziram aquela situação estão presentes em todas as nossas cidades, em todas as nossas Capitais.

Também o videodocumentário produzido por MV Bill e Celso Athayde, *Falcões, os Meninos do Tráfico*, que foi divulgado pela Rede Globo de Televisão, gerou grande impacto, por demonstrar uma realidade que muitos de nós já vivíamos e presenciávamos nas nossas comunidades. Isso gerou inquietação em parte das elites brasileiras.

Agora, insistentemente, o neo-humanista Cláudio Lembo tem feito denúncias, em São Paulo, e credita à elite branca brasileira esses dramáticos fenômenos ocorridos em São Paulo e também nos ajuda a nos livrar da senzala da Bahia, denunciando o senhor de engenho, o Senador Antonio Carlos Magalhães. Os 2 são filiados ao mesmo partido, mas tardiamente estão se estranhando.

Parece-me que, pela história das conferências de direitos humanos que temos produzido na Câmara dos Deputados, compõem esta Comissão Organizadora o Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos, as Comissões de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e das Assembléias Legislativas, a Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado, além da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal.

Esse tema, da forma como está sendo proposto aqui, pela primeira vez é objeto de um painel específico, para que possamos aprofundar o debate sobre um dos fenômenos mais dramáticos existentes na sociedade brasileira, historicamente, o fenômeno do racismo, que gera uma série de efeitos e conseqüências, como desigualdades, violência e pobreza em nosso País. E leva homens, mulheres, jovens, crianças a serem vítimas e, ao mesmo tempo, serem capturadas pelo crime diariamente.

Iniciando nosso painel, quero, pela ordem do *folder*, convidar a usar da palavra, por 10 minutos, a Dra. Edna Roland, Relatora-Geral da Conferência Mundial contra o Racismo e membro do Grupo de Experts da ONU no Combate ao Racismo na América Latina e Caribe. S.Sa. tem 10 minutos para fazer sua exposição.

A SRA. EDNA ROLAND - Quero inicialmente dar um bom-dia a todos os companheiros e companheiras presentes (*falha na gravação*) na pessoa do nosso coordenador, Deputado Luiz Alberto, e dos companheiros expositores neste painel.

Na verdade, havia preparado uma apresentação com PowerPoint, mas acho que não vai ser possível utilizá-la, por ser muito mais longa do que o tempo que terei disponível. Então, vou tentar localizá-la, de qualquer forma, para poder orientar a minha intervenção.

Farei algumas referências à declaração e ao programa de ação de Durban em aspectos que eventualmente possam se relacionar ao tema deste painel, apontando justamente as limitações e as possibilidades que o texto da declaração e do programa de ação de Durban nos oferecem.

Na ementa deste painel, além da questão relativa ao seu título específico, que fala dos Falcões e da questão da violência, foi mencionada também a questão da situação das mulheres negras. Então, parece-me que deveríamos abordar o problema específico que, pelo título, se refere mais especificamente à juventude negra, mas não podemos deixar de abordar a questão das mulheres negras. Não sei se terei condição de fazer as 2 coisas, mas deixem-me localizar. (*Pausa.*)

O primeiro ponto que gostaria de dizer é que Durban, de fato, tratou de forma insuficiente, de forma insatisfatória o problema da juventude vítima do racismo. O documento, a declaração, o programa de ação de Durban é de fato um tanto paradoxal, já que ele resulta de trabalho complexo, em que diversos interesses e posições políticas estiveram presentes.

Tal documento, por um lado, contém alguns avanços importantes e significativos, que podem representar pontos de partida para a nossa luta pelos direitos humanos, no caso, especificamente, dos jovens e das mulheres; mas, por outro lado, também tem muitas limitações conceituais.

A primeira questão que gostaria de mencionar é o fato de que o próprio termo "gênero" foi polêmico em Durban. Embora tenha havido muitos avanços do ponto de vista da questão de gênero, no momento em que se foi definir os fatores com base nos quais as pessoas poderiam sofrer discriminações, que poderiam ser combinadas ao racismo, as chamadas formas agravadas de discriminação, não se reconheceu o conceito de gênero, em função da existência de setores dentro da conferência que não admitiam o uso desse conceito, que diz respeito ao fato de que as diferenças entre homens e mulheres não são da ordem da natureza, mas da ordem da história, da cultura e das relações sociais. Então, essa já é uma questão a se demarcar do ponto de vista da situação das mulheres negras. No entanto, Durban apresentou grandes avanços ao reconhecer que o racismo se manifesta de forma diferenciada para homens e mulheres.

Esse é um ponto teórico e conceitual bastante importante nessa discussão, na medida em que as questões da violência vão se manifestar de forma muito diferenciada para homens e mulheres, quando estamos tratando das manifestações do racismo e dos efeitos da discriminação racial.

Durban vai discutir questões e fenômenos que poderão estar diretamente vinculados ao fenômeno da violência que temos no Brasil, alguns fenômenos que, de forma mais geral, dizem respeito ao que enfrentamos hoje aqui, por exemplo, a discussão da globalização.

No momento em que aconteceu, em 2001 - o processo preparatório foi em 2000 -, estava muito em voga toda a questão da discussão da globalização e os processos de exclusão produzidos por ela. Então, esse é um ponto de partida da discussão, do ponto de vista das relações internacionais, na medida em que não podemos discutir a violência simplesmente vendo o que se passa dentro das nossas fronteiras. Há uma série de problemas de cunho internacional que repercutirão nas formas de existência da violência, como a questão do tráfico de drogas e de armas. E, no que diz respeito à violência contra a mulher, há a questão do tráfico de pessoas. Então, há fenômenos internacionais que são agravados pela globalização e que, sem dúvida, estão relacionados com os problemas de violência que a população negra vive hoje no Brasil.

Agora, um outro avanço importantíssimo do ponto de vista conceitual que Durban nos ofereceu foi justamente o reconhecimento da escravidão e do tráfico de escravos como crime contra a humanidade. E também Durban reconheceu que os problemas vividos pelos descendentes nos dias de hoje têm relação umbilical e direta com os efeitos da escravidão e do tráfico de escravos. Essas 2 idéias são importantíssimas para que possamos discutir os processos de marginalização e de exclusão da população negra no Brasil hoje e, a partir daí, virmos a tratar da exigência de políticas reparatórias.

Se a escravidão e o tráfico de escravos foram e são um crime contra a humanidade e se a situação que vivemos hoje decorre, num primeiro momento - não é o único fator -, diretamente das condições que aconteceram no passado, do tráfico e da escravidão, então, esse crime tem que ser ressarcido aos seus descendentes na medida em que se reconhece que são vítimas desses fenômenos que aconteceram no passado.

Então, há uma linha importante de investigação e de atuação política que se coloca para que possamos enfrentar o fenômeno da violência que se abate especialmente sobre a população negra no Brasil.

Além disso, Durban se refere à questão da pobreza e fala das relações entre pobreza e racismo; o racismo causando pobreza, e a pobreza, por sua vez, também causando mais racismo pelos processos de estigmatização das vítimas da pobreza. Então, esse é um outro fenômeno que tem que ser focalizado também quando estamos discutindo a violência, que se abate especialmente sobre os jovens negros do sexo masculino.

O SR. COORDENADOR (Deputado Luiz Alberto) - Sra. Edna, na verdade, o tempo acabou, mas percebi que 10 minutos é muito pouco. Vou conceder mais 5 minutos a todos da Mesa. forma

A SRA. EDNA ROLAND - Obrigada. Além dessa questão da reparação, insuficientemente tratada em Durban, mas com o mérito de ter colocado o tema na mesa da discussão, do ponto de vista internacional, e de discutir o enfrentamento do racismo a partir desse conceito, Durban trabalha com outro conceito fundamental, as ações afirmativas, que vão aparecer como meio preferencial de promoção dos direitos humanos, especialmente dos sociais e culturais das vítimas do racismo. Aí fica uma pergunta que pode ser aprofundada agora no debate ou à tarde, quando os grupos vão se deter mais nos temas abordados de manhã: as políticas de ação afirmativa são um meio suficiente e adequado para enfrentarmos todo o passivo de marginalidade, de exclusão e de violência que se abate sobre a população negra? Para responder a isso, vamos ter de conceituar de forma mais pontual o que entendemos como ações afirmativas. Acho que, neste momento, não vai ser

possível.

Outro avanço importante que de forma lateral nos permite prosseguir nas discussões acerca da violência é o reconhecimento que Durban dá ao direito à diversidade cultural. Da mesma forma que dá muita ênfase às questões que envolvem igualdade, Durban dá atenção importante aos temas de direitos da diversidade cultural. Neste momento, no Brasil, a política mais importante que temos em relação a essa questão é a Lei n.º 10.639, de 2003. A longo prazo, é um instrumentos que pode desfazer todo o aparato ideológico e cultural que acaba resultando em violência e morte.

Para não dizerem que participar do painel *Falcões, racismo e violência* e não falei da Daslu, quero dizer que não vi e não gostei do vídeo que a Rede Globo apresentou em horário nobre. Tenho o maior respeito por MV Bill. Durante o tempo que trabalhei na UNESCO, foi a pessoa que indiquei para ser premiada no Prêmio UNESCO de 2003. Mas acredito que um indivíduo não consegue colocar-se fora dos esquemas da máquina publicitária, a máquina de moer gente que representa os meios de comunicação de massa.

Sem dúvida, se a apresentação crua do que se passa todos os dias em inúmeras comunidades brasileiras causa essa comoção nacional, especialmente na classe média, igualmente ou até mais cruel do que essas cenas passadas pela *TV Globo* em horário nobre são alguns dados sobre violência, que infelizmente não posso mostrar agora, mas é violência de outra forma.

Gostaria de falar a vocês, por exemplo, sobre a mortalidade de bebês de cor negra na Região Sul, uma das regiões de maior grau de desenvolvimento do País. Gostaria de dizer a vocês que, no sul, as meninas de cor negra apresentam número 90% maior de mortes por diarreia do que as de cor branca; as meninas de cor negra, de 1 a 9 anos de idade, apresentam número 21 vezes maior de mortes por AIDS do que as de cor branca; as meninas de cor negra apresentam índice de morte 61 vezes maior por meningite bacteriana do que as de cor branca; as meninas de cor negra, de 1 a 9 anos de idade, apresentam índice de mortes por atropelamento 90% maior do que as de cor branca. Esses dados não são divulgados às 20h pela Rede Globo. Portanto, acho que devemos rejeitar essa espetacularização da violência, como tem sido feita pelo principal canal de televisão aberta do País. (*Palmas.*)

O SR. COORDENADOR (Deputado Luiz Alberto) - Agradeço a contribuição à Dra. Edna Roland.

Este painel está sob a coordenação do Fórum Nacional de Mulheres Negras, do Movimento Reaja ou Será Morto, Reaja ou Será Morta e do Centro Dandara de Promotoras Legais Populares.

Passo a palavra ao Sr. Marcus Alessandro, do Movimento Negro Unificado e da campanha "Reaja ou será morto, reaja ou será morta."

O SR. MARCUS ALESSANDRO SILVA DOS SANTOS - Bom-dia a todos e a todas. Saúdo os integrantes da Mesa, na pessoa do Deputado Luiz Alberto, companheiro fundador do Movimento Negro Unificado, a Sra. Edna Roland, o Sr. Jailson de Souza e Silva, a Sra. Carmen Oliveira e nossos ancestrais, que tornaram possível a manutenção de nossos códigos de resistência e de enfrentamento desta sociedade formada pela violência racial. Peço bênção aos mais velhos, na pessoa da Mãe Val, uma sacerdotisa soteropolitana de matriz africana. Saúdo os demais presentes na pessoa de Marta Almeida, Coordenadora do Movimento Negro Unificado de Pernambuco.

Nossa participação neste painel é a de um movimento social organizado. Faço parte do Movimento Negro Unificado - MNU, organização de 28 anos, de caráter nacional. Ao longo desse período de anos, desenvolvemos uma série de discussões que vão de denúncia a ações de articulação e organização política do povo negro no Brasil.

Afirmamos, em 1978, que o racismo era o eixo central que estruturava todo o processo das desigualdades no País. Na história do Brasil, ele vai ser o definidor das minorias enriquecidas, detentoras de poder e das estruturas econômicas das minorias brancas. Vai ser também o definidor dos amplos setores da sociedade que seriam excluídos dos espaços de poder. Aí, vamos trabalhar com o conceito de poder o quanto mais amplo possível.

Afirmamos também que a sociedade brasileira teve seu processo de formação a partir de um ato de violência racial, inicialmente dirigida às comunidades nativas, chamadas aqui de indígenas, e, em seguida, ao povo negro, por meio do processo de escravização, que atendeu aos interesses conjugados dos Estados nacionais europeus, da Igreja e de todos os outros setores racistas amplamente beneficiados por essa prática.

Ao longo da história do MNU, pautamos a discussão do extermínio da população negra, em especial da juventude, quando, em 1978, por ocasião do primeiro congresso da Anistia Internacional, um companheiro nosso, Genilson, da Bahia, apresentou uma tese afirmando que todo preso negro era preso político, reconhecendo que o processo de escravização produziu uma série de desdobramentos extremamente prejudiciais e danosos à população negra brasileira.

Em 1989, iniciamos, então, a campanha nacional *Porões, prisões, até quando?*, denunciando esse continuado processo de extermínio da população negra no nosso território.

Isso tudo não foi o bastante para inibir a ação criminosa dos grupos de extermínio, tolerados pelos poderes estabelecidos, por vezes municiados por eles. Isso não foi o bastante para que tivéssemos, por parte do braço armado do Estado, especificamente as Polícias civil e Militar, ação que demonstrasse qualquer redução do nível de violência, truculência e extermínio que essas instituições promovem nos nossos Estados, nas comunidades periféricas, na comunidade negra.

O ano de 2005 foi, para todos nós, extremamente emblemático, porque, no primeiro semestre, tivemos uma série de chacinas noticiadas pela imprensa nacional. Foi dado especial destaque ao que ocorreu na Baixada Fluminense. Mas, lá em Salvador, já observávamos, apavorados, todo o crescente desses grupos de extermínio.

É bom destacar que, para além da ação final dos grupos, o extermínio, já identificávamos e denunciávamos uma série de métodos praticados tanto pela Polícia Civil quanto pela Polícia Militar, que davam conta de constantes ações nas comunidades, de agressões e violações aos direitos humanos, em especial da juventude negra.

Um termo bastante conhecido por nós da comunidade, baculejo, que se atribuiu ao ato de a polícia promover a *blitz*, nada mais representa do que a materialização de toda a compreensão racista que essas instituições trabalham na formação dos seus integrantes.

Não estamos aqui querendo fazer o debate sobre o policial bom, que, com muito boa vontade, deveria ser considerado exceção. Estamos aqui denunciando o que sofre a comunidade negra, nas periferias, e até mesmo aqueles que acreditam na lenda da classe média negra. A ascensão econômica não serve para livrar os negros e as negras da prática do racismo.

No primeiro semestre de 2005, houve o cruel e perverso assassinato de uma importante liderança católica, a freira Dorothy, o que serviu, naquele momento, para mobilizar amplos setores da opinião pública brasileira, toda a imprensa nacional. Serviu, também, para mobilizar uma força-tarefa do Governo Federal, que reuniu diversos órgãos para que imediatamente o caso fosse apurado e os culpados identificados. Tudo isso aconteceu. Em menos de 2 meses, descobriu-se que houve um consórcio de latifundiários e que justiceiros da área foram contratados para matar a freira.

Achamos que aquele crime deve ser apurado e acompanhado pela Justiça e que os culpados devem ser colocados atrás das grades. Mas o extermínio diário da juventude negra, infelizmente, não foi motivo de tamanha comoção, nem por parte dos Poderes estabelecidos, nem por parte dos grupos de direitos humanos, muito menos por parte de boa parcela das ONGs, que víamos nas ruas, por ocasião de assassinatos, ou no Rio ou em São Paulo, de membros da classe média branca nacional. Tínhamos o Viva não sei o quê, o Paz não sei o quê - sem querer atribuir aqui nenhum sentido pejorativo -, em passeatas, todos de branco, promovendo ações, com participação de atores globais, tudo isso acontecendo em paralelo ao extermínio na nossa juventude.

Em Salvador, ainda existia algum nível de receio por parte dos grupos de extermínio, que atuavam de madrugada, por exemplo. Esse receio não mais existe. As ações ocorrem de dia, diante dos olhos de todos, e ainda assim não tivemos uma atitude que viesse a chamar a atenção da opinião pública para esse processo de extermínio. Foi quando nós, o Movimento Negro Unificado, convocamos diversas entidades do movimento negro. Chamávamos a atenção para o fato de que queríamos esse perfil para aquela campanha, uma campanha de movimento negro, na medida em que não nos sentíamos contemplados por setores ideologicamente definidos, nem pela Direita nem pela Esquerda. E não faço aqui o debate entre a Direita e a Esquerda. Sou negro, com certeza. E entre Direita e Esquerda, tenho uma perspectiva pan-africanista, com certeza.

O que estou dizendo é que tanto as estruturas sindicais, partidárias, estruturas de movimento social organizado, vinculados a um matiz ideológico, quer seja liberal, quer seja marxista, não tiveram a sensibilidade de entender a urgente necessidade de denunciarmos esse processo de extermínio da juventude negra, jovens de 16 a 25 anos, homens, em geral, negros, especialmente moradores das regiões periféricas.

Demos, então, início à campanha *Reaja ou Será Morto*, que tinha por objetivo estar na comunidade, articulando coletivamente todas as atrizes e todos os atores daquelas comunidades, discutindo como se manifestava o racismo e chamando a atenção para a necessidade de ações coletivas, e não ações individuais e muito menos ações irresponsáveis. Essa campanha realizou uma vigília na porta da Secretaria de Segurança Pública, em Salvador, na passagem do dia 12 para o dia 13 de maio de 2005. A campanha desenvolve uma série de ações que vão da mobilização da comunidade até o diálogo com a institucionalidade.

Entregamos dossiês ao Sr. Claire Roberts, representante da Comissão de Combate ao Racismo e Todas as Formas de Xenofobia da OEA. Entregamos um dossiê ao Sr. Dudu Diene, representante da Comissão de Combate ao Racismo da ONU. Realizamos, com o apoio da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia e da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, com o apoio do Deputado Estadual Yulo Oiticica e do Deputado Federal Luiz Alberto, audiência na Assembléia Legislativa. Realizamos uma série de ações para denunciar esse processo. Houve algum tipo de reação por parte do Governo do Estado, no sentido de tentar dar uma resposta à opinião pública. Prenderam alguns policiais supostamente envolvidos com o grupo de extermínio. E o que afirmávamos era o seguinte: não nos interessa apenas que a ponta da lança seja encarcerada. Queremos os comandantes. Queremos o oficialato, que está diretamente relacionado com a prática do extermínio na Bahia.

Trata-se de campanha para além da conjuntura, de campanha contra o racismo, contra o "seccismo" e contra a homofobia, porque os homossexuais negros são diariamente violentados e assassinados em Salvador.

Todos os dias, as mulheres negras são vítimas de atos de violência ou são assassinadas por seus companheiros ou por qualquer homem que, no lugar de poder do homem, atribuído por essa sociedade machista, entende que pode fazer uso da vida de mulheres, desde que elas o estejam desagradando.

Tudo o que aconteceu em São Paulo, há 2 semanas, é apenas o reflexo de um intenso processo de guerra que vivemos nas nossas comunidades. A própria comunidade afirma que não sabe até quando suportará esse nível de violência. Queremos deixar aqui algumas questões.

Primeiro, a necessidade da reabertura dos trabalhos da CPI que tratou da ação dos grupos de extermínio no Nordeste. Achamos fundamental que esses trabalhos sejam retomados e, quem sabe, nacionalizados, porque a situação é de calamidade.

Queremos, também, que a Comissão de Direitos Humanos dê início a uma denúncia, em organismos internacionais, sobre esse processo de extermínio da juventude negra observado no Brasil.

Por último, entendemos que qualquer Plano Nacional de Direitos Humanos que queira estar firmado na realidade das nossas comunidades e na realidade enfrentada pela comunidade negra tem de considerar o processo de extermínio da juventude negra e da prática do racismo na sociedade brasileira como um dos eixos desse plano nacional.

Infelizmente, o tempo é muito curto. Acredito que, no processo de debate, vamos ter condições de aprofundar algumas questões que, infelizmente, não puderam ser tocadas.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. COORDENADOR (Deputado Luiz Alberto) - Obrigado, Prof. Marcus Alessandro.

Passo, imediatamente, a palavra ao Sr. Jailson de Souza e Silva, que disporá de 15 minutos para sua exposição.

O SR. JAILSON DE SOUZA E SILVA - Aqui é o grupo dos convertidos. Grupo de convertidos significa que temos um conjunto de pressupostos e ações comuns. Seria muito bom se conseguíssemos apresentar algumas questões básicas, o que será um desafio para a nossa atuação. Estamos vendo um painel de brancos, que não reflete muito a cara do povo brasileiro. Vemos no Plenário, no fórum e nas conferências que constituímos, a sociedade civil, um conjunto de Parlamentares sérios, de pessoas comprometidas com o que estão construindo. Precisamos também nos alegrar com esse tipo de evento. Celebramos pouco as nossas conquistas. Celebrar as nossas conquistas é muito bom.

Entrando na questão dos nossos desafios fundamentais, quero comentar a apresentação do *Falcão* na *Globo*. Ontem, no

aeroporto, eu estava discutindo essa questão. Será que é bom ou ruim esse processo de visibilidade, esse desmascaramento do caráter da violência no principal órgão de comunicação do País? Há aspectos muitos negativos nisso. Primeiro, a espetacularização da pobreza, da violência e a forma como apresenta a favela, os espaços populares, como o inferno por excelência. Trata-se de discurso socioexcêntrico. A pessoa reconhece os espaços populares pela carência, pela negação, o que é algo muito forte e termina sendo reforçado.

No Rio de Janeiro, fala-se muito das favelas como comunidades carentes. É muito comum definir-se a favela e as periferias pela carência, pelo que não têm. O que é favela? É o lugar que não tem água, luz, esgoto, creche, educação, saúde, cidadania, regras, moral. É o espaço do não-cidadão. Esse juízo é corriqueiro. Ele gera um conjunto de problemas muito sérios, sem partir dos parâmetros dos setores médios e dominantes, para se avaliar o espaço popular. Com isso, sempre somos reconhecidos pelo que não temos, pelo que não somos. Nesse sentido, é muito ruim a exibição do *Falcão*, pois fortalece os estigmas, o sentimento de impotência nos setores médios.

O pessoal da periferia, das favelas não viu nada ali de diferente. O pessoal da Comissão do Planalto vai à favela da Maré e o bonde sai às 16 horas. Sempre sai o bonde. Bonde é a molecada de arma na mão, que sempre sai às 16h. O pessoal estava marcando para chegar exatamente às 16 horas. Eles vão encontrar com o bonde. Não tem nada de mais encontrar o bonde. A molecada está lá circulando com arma. Para nós, isso faz parte das regras do jogo, é assim que se define.

O cara pode usar um fuzil na favela e não usar em outras áreas da cidade. Só ia ser constrangedor. O pessoal terminou mudando o horário e tudo. Eu, pessoalmente, achei que seria até bom que eles vissem. Mas dá um sentimento de impotência. Parece que a favela e a periferia são só isso.

É um absurdo apresentar atores de novelas, pessoas que confundem a ficção com a realidade, para fazer aquela apresentação. Em momento algum chamam pessoas preocupadas em combater o problema e efetivamente encontrar soluções para ele. Isso mostra como a emissora é pouco séria na apresentação daquela proposição. Mas, por outro lado, estamos num processo de disputa de hegemonia. Estar aqui faz parte desse processo de hegemonia. Conseguir mais espaço nos meios de comunicações está dentro do processo de hegemonia.

O documentário *Falcão* apresenta o cotidiano das favelas, principalmente o tráfico de drogas. Esse documentário dá visibilidade ao tema. A questão que o Marcus traz é que há um genocídio no País. O que é um genocídio? É uma ação orquestrada de forças do Estado para eliminação física de parcela específica da população, de forma continuada.

Hoje, o que acontece com jovens e adolescentes pretos e mestiços do Brasil, principalmente nos grandes centros urbanos, são os genocídios. Acabamos de fazer um filme que se chama *Até Quando?*. Esse filme apresenta justamente esse quadro de genocídio, esse quadro de violência que tem de ser enfrentado.

Dar visibilidade a esse tema é algo importante, porque sensibiliza diferentes setores sociais. Alguns acham que não tem jeito; outros acham que é importante tratar do problema. Nesse sentido, ganhamos mais força com determinados setores sociais.

Esse filme mostra, também, a gravidade e a difusão do problema. O problema não é só mais no Rio de Janeiro. Estava conversando com a Carmen, e ela dizia que apresentou essa questão no livro *Cabeça de Porco*, que é *making off* do documentário, mostrando como o problema está no Rio Grande do Sul, em Brasília, no Mato Grosso, assim por diante. O problema da violência, da presença do tráfico de drogas é cada vez mais nacional, assim como a presença de grupos criminosos armados. Isso atinge cada vez mais as favelas.

Assistindo ao documentário, o Presidente Lula ficou sensibilizado com o problema, pela maneira como foi apresentado, apesar de, desde 2001, 2002, já termos realizado conferências sobre esse tema, inclusive uma conferência nacional, que envolveu um conjunto de instituições, sobre o emprego de crianças no narcotráfico em Brasília. Isso, simplesmente, foi apagado. Em 2003, 2004, acabou. Em 2005, volta o tema, reúnem-se 13 Ministros com o MV Bill e com o Celso e se propõe uma intervenção. Essa intervenção está sendo articulada por um conjunto de Ministérios. Vai ser um projeto piloto no Rio de Janeiro. São 4 organizações que estão articulando essa iniciativa: a CUF (Central Única de Favelas), do Bill e do Celso Athayde; o Observatório de Favelas; o Nós do Morro e a AfroReggae. Essas 4 instituições são bem distintas, mas têm características comuns. Todas estão enraizadas nas favelas, com exceção da Nós do Morro. Elas estão muito enraizadas na Favela do Vidigal.

As sedes dessas organizações estão localizadas nas favelas e exercem uma presença muito forte nesses locais. Portanto, não se trata de um grupo que simplesmente abraça a Lagoa ou que olha as favelas da Zona Sul ou do Pão de Açúcar, mas que olha a cidade e a periferia do Rio de Janeiro, que vive nessas favelas e que sofre as conseqüências dessa inserção na região.

O que se tem feito é um ganho, porque temos conseguido, pelo menos, sensibilizar o Estado para a necessidade de assumir esse compromisso e principalmente mostrar que a segurança urbana é muito importante para ficar só nas mãos da Polícia ou do Estado. Cada vez mais é importante envolver a sociedade civil nessa questão. Os movimentos nacionais de direitos humanos sempre puseram a questão da violência em segundo plano, sempre trataram de um conjunto de outras violências, mas a violência letal. A violência de grupos criminosos, de grupos de extermínio, sempre foi inserida em outro plano.

As questões relacionadas com o racismo e com a luta pelos direitos das mulheres, das crianças e dos adolescentes de forma geral sempre estiveram presente, mas no campo da segurança urbana - drama fundamental hoje nos grandes centros urbanos - os movimentos em torno da cidadania sempre deixaram esse ponto para segundo plano. Sempre sofremos os efeitos de uma política de segurança urbana absolutamente preconceituosa, conservadora, racista e assim por diante.

Já se começa a colocar em questão a estratégia de enfrentamento do crime, principalmente em relação à ênfase absoluta e absurda do enfrentamento da guerra ao tráfico de drogas, que gera todo um processo de criminalização da pobreza.

Sobre esse aspecto, existem alguns desafios que precisamos enfrentar para dar conta dessa questão. O primeiro deles é romper com esse sociocentrismo. Sociocentrismo é essa lógica de pessoas de diferentes grupos sociais, principalmente dos dominantes, que definem a favela pelo que ela não tem e, com isso, os grupos populares. A partir daí, o sociocentrismo gera a visão de que os moradores das favelas ou da periferia, em particular os jovens negros, são sempre potenciais criminosos.

Fala-se muito do grupo que temos na Maré: *"Aquele menino que podia estar no tráfico de drogas agora está numa escola de dança. Aquele menino que podia estar no tráfico de drogas agora está numa escola de futebol. Aquele menino que podia estar no tráfico de drogas agora está no pré-vestibular comunitário. Aquele menino que podia estar no tráfico de drogas agora está na universidade."*

O Fábio, aqui presente, querido companheiro da Maré, cientista social, passou pelo nosso pré-vestibular comunitário. Ele, certamente, era uma pessoa que poderia ter entrado no tráfico de drogas e não ter ido para a universidade. Esse discurso é racista, absurdo e simplesmente desconsidera que a entrada no crime nada tem a ver com a pobreza. Nunca dissemos que a pessoa, por ser advogado, pode se tornar um corrupto.

Esse tipo de percepção criminalizante da pobreza e dos jovens de origem popular gera 2 problemas fundamentais. Existe o discurso de que é melhor - assim como um cara entra no ônibus e diz que é melhor pedir do que roubar - você investir em projetos sociais, principalmente os projetos que trabalham a questão da cultura, educação, esporte, se não o jovem se torna um criminoso. Não se entende esse jovem como um sujeito de projetos, como um sujeito de direitos. Ele não tem direito à educação, ao lazer, à cultura e ao trabalho, porque não existe cidadão sem direitos. É preciso investir nesse jovem para que ele não se torne um criminoso. Essa é uma forma de prevenir a violência contra os setores médios. Obviamente que esse tipo de discurso tem outra consequência.

Eu estava conversando com o Luiz Eduardo Soares, que me parece ser uma das pessoas mais entendidas em segurança no Brasil, enquanto ele lia um texto meu. Ele me disse que morreu de vergonha quando fez um trabalho, em Porto Alegre, sobre a área da segurança urbana. Quando ele destinava uma área de lazer para região nobre, por exemplo, isso era um exercício de cidadania, mas, quando ele sugeria essa mesma área de lazer num espaço popular, isso era para prevenir a violência.

Portanto, o discurso da prevenção da violência, utilizado direto pelas organizações sociais, é absolutamente perverso por não reconhecer a condição do cidadão. Mas é um discurso também perverso por outra razão. Assim como esse pequeno jovem é um potencial criminoso, uma cobrinha, é natural que ele seja exterminado. Por um lado, temos o assistencialismo barato que objetiva esses jovens, por outro, o da lógica natural de que esses jovens sejam exterminados. É natural que esses jovens sejam, cada vez mais, eliminados porque a violência é indistinta.

No Rio de Janeiro, em 2004, foram mortas 17 pessoas no Leme e em Copacabana. Foi muita gente. É uma pena terem sido assassinadas 17 pessoas, em geral negros que moram no Chapéu Mangueira. Mas em Irajá, em Rocha Miranda, 617 pessoas foram assassinadas. Portanto, numa distância de 20 quilômetros, morreram 600 pessoas a mais. No entanto, essa região não é tão maior do que o Leme ou Copacabana. Existe todo um processo de massacre no Rio de Janeiro. Morrem 36 vezes mais pessoas na periferia do que nas áreas nobres. Simplesmente vai havendo um processo de naturalização dessa situação, porque, afinal, são jovens desempregados ou envolvidos com o tráfico de drogas.

Em função dessa visão absolutamente criminalizante da juventude, terminamos contribuindo para reforçar a lógica de que vale tudo na guerra contra as drogas, na guerra contra o crime e, por isso, o uso da violência, como instrumento fundamental, é justificado.

Hoje, por que não se reduz a violência nos grandes centros urbanos? Porque a violência é um instrumento fundamental para enfrentar o crime. Há poucos dias,

Há poucas semanas, um menino assaltou um prédio e desceu. Dali a pouco, o policial foi atrás dele e começaram a trocar tiros. Resultado: a morte de um jovem criminoso, de um policial e de um pedestre.

No entanto, o Comandante da Polícia Militar disse que o policial cumpriu sua missão. Num massacre como esse, morreram 3 pessoas, mas o Comandante da PM diz que a força de segurança está cumprindo sua missão.

Mudar esse paradigma é fundamental. Portanto, o nosso grande desafio é criar outro paradigma na segurança urbana que tenha como eixo fundamental a valorização da vida. Repito, esse é o princípio fundamental.

Temos de preparar os policiais ou as forças de segurança para terem como princípio o respeito à vida, especialmente quando estiverem atuando em espaços abertos, públicos.

No Rio de Janeiro existe uma coisa chamada caveirão. O caveirão é uma tragédia. É simplesmente um carro blindado, no qual entram 12 policiais não identificados, e a primeira providência é observar qualquer garoto que entra na favela.

Na Maré moram 23 mil pessoas por quilômetro quadrado, o que corresponde a 5 quilômetros para 132 mil pessoas. Quando um policial dá um tiro nesses lugares, a bala sempre acerta alguém. Não existe bala perdida. A primeira providência do garoto é soltar fogos, e os policiais simplesmente dão tiros em toda aquela rua.

Os senhores não imaginam o que é enfrentar o caveirão. No entanto, boa parte dos grandes meios de comunicação defende o caveirão, com absoluta naturalidade, porque é uma das formas de preservar a vida do policial. O caveirão preserva a vida do policial, mas massacra boa parte da população que mora na favela.

Nosso desafio é colocar em questão essa estratégia e elaborar projetos inovadores e alternativos para enfrentar esse tipo de situação.

No Rio de Janeiro, criamos - e dedicarei 2 minutos finais a isso - um projeto chamado Rotas de Fuga. Em que consiste o projeto? Primeiro, é preciso realizar pesquisa para levantar dados sobre o tráfico de drogas. Não uso mais essa expressão "tráfico de drogas", porque é um termo equivocado, pelo menos no Rio de Janeiro. O que temos são grupos criminosos armados, com domínio de território. O tráfico de drogas é só uma das iniciativas.

Cito um exemplo: no Rio das Pedras, não existe tráfico de drogas, apenas um grupo criminoso armado, que é um grupo de extermínio. Esse grupo controla a associação de moradores da NetCat, que é o gato da NET, a venda de gás e o transporte alternativo.

Além disso, esse grupo elegeu agora um Vereador com 34 mil votos, sendo 19 mil votos da favela e o restante de pessoas que moram nos condomínios de classe média. Por que isso? Porque esse grupo não trafica drogas. Como a droga é criminalizada, o conceito de grupo criminoso armado, com domínio de território, é muito mais eficiente para nós.

Estamos realizando pesquisa com 200 jovens empregados no tráfico de drogas e constatamos que 46 deles morreram em 2 anos. Acabamos de analisar os dados dessa pesquisa e vamos liberá-la agora, mas os senhores poderão verificar uma crise no tráfico de drogas do Rio de Janeiro, porque cada vez mais o ganho é menor e isso faz com que a idade das

pessoas envolvidas seja bem mais baixa.

Elaboramos um programa de criação de alternativas. Um Prefeito do Rio de Janeiro disse que é muito complicado investir em quem já está no crime e que temos de investir em quem ainda não está nele envolvido. Para quem já está no crime, sobra a vala ou a prisão. Esse juízo é complicado.

Reunimos representantes de mais de 20 instituições, UNICEF, OIT, Save the Children, ICCO, e organizações locais para elaborar programa de políticas públicas, de criação de alternativa para os jovens inseridos em redes criminosas. Em outra oportunidade falarei mais sobre esse assunto.

Há também o programa de prevenção, com metodologia voltada para as famílias mais vulneráveis, porque não temos como investir em todo mundo que está dentro da favela.

Meu sogro criou 6 filhos na favela e todos chegaram à universidade. Regina Pão Doce, minha vizinha, tinha 4 filhos.

Nenhum deles tinha sequer certidão de nascimento: uma menina virou prostituta; outra, mulher de bandido; um menino, bandido e o outro foi adotado. Portanto, temos de saber com quem trabalhar dentro dos espaços populares, quem reconhecer, principalmente jovens de 11 a 14 anos. Nesse sentido, temos um conjunto de ações articuladas que poderemos desenvolver se diagnosticarmos o problema, articular as associações, superar nossos limites e exercer pressão junto aos grandes meios de comunicação e também junto ao Estado.

Depois conversamos um pouco mais. Valeu. (*Palmas.*)

O SR. COORDENADOR (Deputado Luiz Alberto) - O Jailson foi bastante veloz, mas vamos continuar o debate com as idéias apresentadas por ele nesse seminário. Obrigado, Jailson.

Com a palavra a Sra. Carmen Oliveira, que disporá de 15 minutos.

A SRA. CARMEN OLIVEIRA - Bom-dia.

Tenho um grande desafio, que é também um risco, o de sair do discurso de uma branquela sulista e do discurso chapa-branca, já que aqui represento a Secretaria Especial de Direitos Humanos, especialmente a área dos direitos da criança e do adolescente.

Tomarei, como ponto de partida, trecho da entrevista do MV Bill à revista *Caros Amigos*, no ano passado, na qual ele conta, entre outras coisas, a sua tomada de consciência acerca do racismo.

É claro que isso é algo que não dá nem para datar, mas essa questão está associada ao seu trabalho num supermercado, quando tinha 13 anos. Ele foi acusado de tentar agarrar uma menina, de cor branca, filha de uma das clientes. Ele disse que, depois dessa acusação, tentou argumentar com a chefia, mas ficou sem voz, literalmente sem fala para se defender. Depois, lembrou-se de que não conseguia falar exatamente por ter percebido que a palavra de um negro não valeria nada contra a de um branco.

Ainda nessa entrevista, ele, já popularmente conhecido na mídia como MV Bill, falou sobre o lançamento de seu livro *Cabeça de Porco*, na Bienal do Livro em São Paulo. Na ocasião, os organizadores do encontro se dirigiram, por 3 vezes, a um rapaz de cor branca que o acompanhava, pensando ser o autor do livro. Contrariamente, ele, que era o escritor, não foi percebido como tal. Ele falou na Bienal do Livro, foi ovacionado pelo público, e agradeceu por isso, cabisbaixo, sem qualquer reação. Daí o repórter perguntou-lhe por que tinha tido aquele tipo de reação, e ele respondeu: "*Pô, por dentro, eu fico feliz à beça, mas é estranho a gente virar mocinho, porque a gente sempre foi tratado como bandido*".

Por que trago aqui essas cenas? Porque há uma evocação muito clara entre racismo - a palavra de um negro não vale nada contra a de um branco - e criminalização - a gente sempre é visto como bandido.

Embora nem o racismo nem a criminalização dos negros seja um fenômeno propriamente contemporâneo, gostaria de brevemente examinar algumas peculiaridades nesse contexto de capitalismo globalizado.

Parece-me que temos de acentuar um pouco essas peculiaridades para encontrar as melhores formas de enfrentamento e de delineamento das políticas públicas.

Em primeiro lugar, gostaria de chamar a atenção para o fato de termos hoje uma situação bastante distinta, e até mesmo sem precedentes na história da humanidade, que é a força dos apelos consumistas.

Faço parte de uma geração oriunda da Segunda Guerra Mundial, de uma cultura de carestia, coisa e tal. Por isso raspávamos a panela, a latinha, para fazer economia. Hoje temos, por outro lado, uma mídia que sequer concorre com a família e com a escola, porque ganhou importância absoluta no que diz respeito à indicação dos valores predominantes.

Em segundo lugar, vivemos também, sem precedentes na história da humanidade, esse primeiro momento em nossa história, a adolescência como ideal social. No passado, todos nós, jovens, queríamos ser adultos. O adulto era o ponto de chegada. Hoje, contrariamente, as crianças querem ser adolescentes e os adultos também. A adolescência é hoje o ideal social.

Portanto, gostaria de chamar-lhes a atenção para esse fato. De um lado, existe um consumismo e uma adolescência veiculados e aceitos pela mídia como ideal social.

Emerge daí o que a autora Glória Diógenes denomina "estética juvenil globalizada", ou seja, há uma imagem referencial que nos é apresentada o tempo inteiro como um certo ideal. Mas quem é esse personagem? Ele é jovem, branco, rico, sarado, *fashion*, *hi-tech* e campeão. Ele tem que ser o tal! Isso traz implicações bastante dramáticas, porque a maioria dos jovens brasileiros está impossibilitada de se reconhecer e de encaixar nesse padrão.

No Brasil, a maioria da população é constituída de afro-descendentes e de pobres. Daí vamos inclusive tratar esse jovem como a má cópia, a cópia imperfeita, a cópia depreciada desse modelo considerado padrão. Então, temos esse negro pobre, mirrado, brega, atrasado e otário ainda se tornando potencialmente perigoso.

Os temas pobreza e desigualdade social, parece-me, não devem ser enfrentados apenas como desapropriação material. Ou seja, as camadas populares e negras não estão apenas desapropriadas, mas simbolicamente destituídas, ou seja, não há uma imagem delas valorizada.

Portanto, quando falamos de políticas inclusivas, acho que devemos pensar muito mais em acessos a direitos e oportunidades sem favorecer esse estilo de vida globalizado.

Cito um exemplo: para boa parte da juventude, trabalhar é coisa de otário, é coisa de mané. O pai, que é mané, vai ao trabalho, rala, e no final do dia ou do mês traz um minguado salário para casa. Por quê? Porque esse minguado salário não

dá acesso ao tênis Nike Shock - não sei qual é o último que está agora em moda, que custa aproximadamente o salário que esse cidadão conseguiu ao longo do mês.

Por outro lado, o acesso à escola não garante hoje que esse jovem vá conseguir ingressar no mercado de trabalho, cada vez mais restrito e exigente. E o jovem que frequenta a escola, via de regra uma escola de baixa qualidade, não favorece essa seletividade no mercado.

Esse é um cenário em que a juventude pobre, de cultura afro-descendente, é, por excelência, faltante, ou seja, está sempre com uma dívida quase impossível de pagar, o que faz com que - um autor francês chama essa juventude de adolescentes trancados de fora - eles possam circular na cidade, mas, ao mesmo tempo, são vistos na cidade como clandestinos, posseiros dessa cidade.

Um exemplo dramático disso é o de como esse adolescente entra num *shopping center* e como é olhado. Então, quero chamar a atenção para esse cenário que faz emergir o que a gente poderia chamar de vários guetos. Hoje, as cidades estão guetificadas. De um lado, temos as elites se recolhendo em guetos voluntários, em condomínios fechados. Enfim, circulam em *shoppings centers*. De outro, temos os guetos forçados, nos quais o sujeito não escolhe onde vai se recolher, porque ele é recolhido. São vilas e favelas, e temos hoje prisões que, na verdade, são guetos com muros. Porque quem está ali predominantemente, no sistema penal e mesmo no sistema socioeducativo brasileiro, são os negros.

Bom, o que é que eu queria chamar a atenção? Que sequer a criminalização hoje pode ser a mesma de anos anteriores. Por exemplo, temos 2 aspectos a serem destacados. Cerca de 80% da população carcerária hoje, dita adulta, está na faixa etária de 18 a 25 anos, o que é também um marco diferencial em nosso sistema penal.

Por outro lado, temos um sistema socioeducativo, onde havia as FEBEMs da vida. Nelas se misturavam abandonados, abusados e jovens infratores, mas temos, desde 1990, exclusivamente no sistema socioeducativo, um aumento de cerca de 500% de internação de adolescentes. Ou seja, 2 fábricas de prisionalização: o sistema penal e o sistema socioeducativo. Parece-me que vez por outra somos meio que assolados por notícias de rebeliões em FEBEMs ou no sistema carcerário, mas isso não mobiliza a população, como aqui foi bem lembrado. Tais notícias nos despertam algum mal-estar nos primeiros dias, mas esse *apartheid* criminológico não nos convoca a pensar em soluções para isso. Temos a prisionalização que demonstra que o Estado, de alguma forma, fez algo, e todos nós lavamos as mãos em relação a isso.

Hoje, a prisionalização para a juventude pobre é uma alternativa de emprego, como sugere o autor. Ou seja, o mercado afunilado de trabalho faz com que o adolescente não consiga emprego. Ele é um "sobrante". Portanto, ele não pode ser integrado a não ser no sistema carcerário.

É nesse cenário que surge o agravamento da situação, tão bem retratada no documentário *Falcão*. O tema da violência armada, da organização paramilitar, do apoio mútuo entre comunidade e facções criminosas, do sistema altamente punitivo, no caso de desobediência à comunidade, demonstra pouca preocupação das próprias facções com as crianças, até então consideradas alvos de proteção que estavam fora desse sistema, mas que hoje a elas são incorporadas e se inserem em sua empregabilidade.

Esses são os novos desafios para nós, que trabalhamos com os direitos da criança e do adolescente. Ou seja, é nesse cenário que as crianças e os adolescentes estão inseridos.

Qual a pergunta que nós nos fizemos: como pensar políticas públicas em tal cenário? Como reverter a imagem de um Estado, que entrou até agora de forma paliativa, omissa, ou, ainda mais grave, de forma perversa, com a corrupção da Polícia, das autoridades judiciais e de governos nesse sistema?

Nossa idéia é que o controle das facções não resultou da sua capacidade em suplantar o Estado, uma vez que elas somente ocuparam espaços nos quais fracassou o Poder Público.

Portanto, estamos encarando essa parceria com as 4 ONGs, anteriormente nominadas, não como uma resposta do Governo Federal à situação. Sequer podemos dizer que temos uma resposta, muito menos a temos encarado como projeto piloto, na medida em que justamente a nossa idéia é fazer disso um programa experimental a fim de obter sinalizadores para outras circunstâncias.

Citarei algumas premissas do projeto que delineamos para a cidade do Rio de Janeiro. Partimos do pressuposto da necessidade de intervenção territorializada. Isso significa que vamos tomar um determinado território como alvo e não apenas um segmento, ou seja, não trabalhar apenas com crianças, mães, negros, mas com o conjunto desse território.

Segunda premissa, a aliança com organizações comunitárias, especialmente com as que tenham base social, que estejam implicadas nesse processo e que não sejam apenas de vitrine, como foi dito.

Terceira, o trabalho na periferia, ou seja, trabalhar a afirmação de seus valores, de seus produtos culturais, de suas referências.

Quarta, a articulação de políticas públicas. Sabemos que há vários programas dos Governos Federal e Estadual inseridos nas comunidades, mas de forma completamente desarticulada. A idéia é não apenas integrar os programas, mas também potencializá-los.

Quinta, o fortalecimento das redes juvenis. Os jovens devem ser tomados não como alvos dessas políticas, mas protagonistas que possam vir a mobilizar outros jovens. E há também necessidade de criar espaços de convivência também com outros segmentos juvenis para além da favela, na medida em que a sociabilidade juvenil está partida.

Uma idéia apresentada numa das reuniões - a última, se não me engano - é a de que esse consórcio de favelas tem espaço também no centro da cidade, para favorecer a convivência em diferentes segmentos juvenis, o que pode romper um pouco esse *apartheid*.

Por último, trabalhar com o pressuposto e a necessidade de sistematização das informações. Criar indicadores, monitorar esse processo, para que a gente possa efetivar algumas correlações hoje pouco viabilizadas. Por exemplo, o que acontece com a mortalidade infantil num cenário de violência armada? Ela é maior, é menor? O que acontece com a escolaridade em tal cenário?

Portanto, o que estamos apontando vai um pouco além do que talvez seja tradicionalmente demandado para nós.

Trabalhamos com um dos programas para adolescentes em conflito com a lei e talvez a expectativa da sociedade seja de aumento no número de vagas na internação. Mas sabemos que sequer existe a boa cadeia. A boa cadeia é aquela que não

precisa ser usada.

Temos trabalhado também com outra lógica. Não é um processo fácil, de curto prazo, mas seguramente serão novas armas para enfrentar a violência que não seja pelo revide nem pela lógica ressentida, que, muitas vezes, as elites brancas colocam em cena.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. COORDENADOR (Deputado Luiz Alberto) - Obrigado, Carmen Oliveira.

Vou dar alguns avisos.

Temos de escolher, entre todos os participantes, uma pessoa para assumir a relatoria dos trabalhos. O grupo de trabalho vai se reunir à tarde. Já está definida a coordenação. Foi indicada pela organização da conferência, Deise Benedito, que se encontra presente. Precisamos agora de alguém que se apresente como relator ou relatora.

Enquanto as participantes confabulam, que alguém levante o braço para indicar ou ser indicado relator ou relatora. Informo que essa pessoa deverá participar de reunião da Comissão de Direitos Humanos, às 12h, na sala 185-A, no corredor detrás. A reunião pretende discutir com outros grupos de trabalho a metodologia que será aplicada no período da tarde.

Esqueci-me de dizer à companheira Edna Roland, que esteve recentemente em Salvador - a África baiana -, que o pessoal gostou muito da sua exposição. Logo após aquele cenário, não se pôde dar continuidade àquele evento por causa da greve dos ônibus.

Vamos passar agora aos debates, mas digo, para reforçar o tema do painel, que, na política e no movimento, o simbolismo é muito importante, porque à medida que reforçamos a idéia do masculino branco comandando tudo, temos de contrapor a isso outras formas de simbolismo.

Exemplo disso foi a composição da Mesa no dia de ontem: 2 mulheres, 4 homens, sendo um o mediador. Refiro-me, repito, ao dia de ontem, quando da abertura da conferência.

Provavelmente, os negros estavam se perguntando por que na X Conferência Nacional de Direitos Humanos não havia uma pessoa negra naquela Mesa. Todos homens brancos e uma mulher branca, evidentemente comprometidos com a luta pelos direitos humanos, mas que ainda não chegaram à compreensão de que o simbolismo é muito importante para desconstruir o simbolismo vigente. (*Palmas.*) Precisamos estar cada vez mais atentos a essa questão.

A palavra está franqueada às pessoas que queiram se manifestar. Por favor, quem tiver alguma pergunta a fazer dirija-se à pessoa a ser consultada e se apresente. Lembro a todos que este evento está sendo gravado.

Por falar em serviço de áudio, lembrei-me do escândalo que envolveu a CPI do Tráfico de Armas, reforçado por aquele evento ocorrido em São Paulo. Um advogado e uma advogada dos chefes do narcotráfico de São Paulo compraram a gravação de um depoimento sigiloso. O caso virou um escândalo, assim como deveria acontecer com outras práticas. Quantas grandes empresas compram depoimentos e Parlamentares nesta Casa? A mídia precisa cumprir seu papel de forma mais completa.

Estão abertas as inscrições.

Com a palavra o Deputado Yulo Oiticica.

O SR. YULO OITICICA - Sou Deputado Estadual pela Bahia e membro da Comissão de Direitos Humanos, do Conselho Estadual de Direitos Humanos e do PROVITA.

Companheiro Luiz Alberto, primeiramente quero parabenizar V.Exa., sobretudo, por ter assumido a Vice-Presidência desta Comissão, de tamanha importância nesta Casa. Essa é uma simbologia importante para nós, tendo em vista o acúmulo de experiências de V.Exa.

Concordo com o Marcos quanto à continuidade da CPI em que V.Exa. muito bem atuou nesta Casa. Fui inclusive uma das testemunhas na Comissão, que mais uma vez comprovou o que temos denunciado: a atuação de grupos de extermínio na Bahia.

Infelizmente a Assembléia Legislativa baiana, subserviente ao Executivo de forma tão vergonhosa, torna-se cúmplice da atuação de grupos de extermínio ao não instalar a Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar essa questão. E os Deputados do Governo não apresentaram seus nomes.

Jailson, segundo a ONU, nos últimos 10 anos, em São Paulo, a atuação de grupos de extermínio cresceu 39%; no Rio de Janeiro, 41% e, na Bahia, 291%. Portanto, há participação ativa do Estado no genocídio de jovens baianos negros e pobres. Gostaria de fazer uma pergunta ao Deputado Luiz Alberto. De 15 a 20 de outubro deste ano teremos audiências públicas na Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Um caso específico será tratado na Bahia: a explosão da fábrica clandestina de fogos - V.Exa. também acompanha o caso conosco - em que foram assassinadas 64 pessoas, dentre elas 62 mulheres negras.

Pergunto: como a Comissão de Direitos Humanos desta Casa poderia ajudar? O Movimento Negro Unificado e a Campanha Reaja, que merecem toda a reverência e todo o apoio desta Comissão, poderiam ser contatados? Como poderia ser também pautado na Corte Interamericana o genocídio que acontece na Bahia relacionado à atuação de grupos de extermínio?

Acho que precisamos ultrapassar as fronteiras para fazer a denúncia do que acontece na Bahia, onde há cumplicidade clara do Estado na ação de extermínio de tantos jovens negros e pobres que moram nos bairros populares de nossas cidades.

Quero, mais uma vez, parabenizar os membros da Mesa pela importante contribuição para este debate amplo.

Não tenha dúvida nenhuma, Jailson, de que é preciso articulação no plano nacional para esse enfrentamento de forma mais conseqüente.

O SR. COORDENADOR (Deputado Luiz Alberto) - Obrigado, Deputado Yulo Oiticica.

Gostaria de sugerir a formação de blocos, de 5, 6 pessoas, para melhor utilizar o tempo.

Gostaria de conceder a palavra a todos. O primeiro da lista a falar, por 3 minutos, será o Honere. Por favor, identifique-se.

O SR. HONERE - Bom-dia. Meu nome é Honere. Faço parte do Centro de Divulgação do Islã para a América Latina, que possibilitou a nossa vinda para participar dessa discussão aqui nesta Casa.

Também faço parte da Associação Posse Haussa, um grupo de jovens negros que trabalha há 13 anos com a juventude de *hip hop* no ABC paulista. Passou por vários tipos de problemas semelhantes aos aqui levantados.

Acho que o mais importante de tudo, principalmente na fala do Marcos, quando se trata de genocídio, é lembrar que a juventude negra não está morrendo somente em São Paulo, na Bahia. Está morrendo em todas as instâncias de nosso País e de várias formas. Esse genocídio não se dá somente no momento em que a Polícia vem e mata aquele jovem. Acho que o genocídio começa quando o jovem é excluído da universidade, da oportunidade de emprego decente, de melhores condições de saúde. Aí vem o tráfico com os braços abertos para cooptar essa juventude e dizimá-la. É o que vemos. Tudo isso é o fruto desse envolvimento, desse poder de curto prazo, que tem levado muitos jovens a morrer brutalmente. A morte não se dá somente na ação truculenta da Polícia e das formas a que estamos acostumados a ver.

Nesse contexto, entendemos que a juventude negra tem de ser protagonista desse processo. Por isso vários setores da juventude negra nacional juntaram-se. Planejam realizar em 2007 o encontro nacional da juventude negra para pontuar 3 direcionamentos de ações de extrema importância e dar sua contribuição em eventos como esse.

O Parlamento precisa ouvir e identificar o que realmente pensa a juventude dos 4 pontos do País, o que entende por prioridades a serem alcançadas.

Então, o encontro tem 3 caminhos. O próprio caminho que a juventude negra terá de tomar a partir de eixos que iremos discutir, que vão desde cultura, educação, tecnologia, entre tantos outros dentre 15 temas. A própria juventude terá de alcançar esses objetivos, desde a base em que atua até dar informações a outros setores em que estiver incluída.

Há os caminhos que serão apontados para o terceiro setor. Seria uma forma de contribuir com as ações das quais participam para ter maior número de resultados dentro da comunidade.

O terceiro ponto seria trabalhar as ações já existentes nas políticas públicas.

Temos ciência de que não iremos inventar a roda, mas queremos ser agentes a fazê-la rodar e a funcionar dentro dessa sociedade. Então, temos esse grande movimento que está sendo elaborado desde o início do ano. Estaremos na Bahia para reforçar tal discussão.

A favela, conforme foi por todos comentada, não é única e exclusivamente a referência da desgraça humana. Há muita coisa boa dentro da favela, que é esquecida, e as pessoas que resistem a todos os tipos de enfrentamentos lá existentes. Pessoas boas que sobreviveram e garantiram nossa presença aqui hoje.

Hoje, eu chego aqui com 29 anos. Sou uma pessoa feliz, se comparada aos demais negros que estão morrendo. Alguns nem chegaram a minha idade, conforme relato do nosso irmão.

Acho importante dar oportunidades como essa, de organização juvenil, para que determinados setores tenham o devido conhecimento do que pensa e do que realmente precisa a juventude.

Espero que, com essa atividade, consigamos um grande avanço nas lutas raciais no País.

O SR. COORDENADOR (Deputado Luiz Alberto) - Obrigado, Honore.

Com a palavra a Sra. Deise Benedito, por 3 minutos.

A SRA. DEISE BENEDITO - Bom-dia. Observei bem a fala dos companheiros, principalmente do Marcos, do Rio de Janeiro, e da Edna.

Gostaria de destacar, nessa trajetória de extermínio da juventude negra, que, em 1988, um grupo de negros pró-constituintes nesta Casa apresentou várias emendas.

O ano de 1988 já apontava para a continuidade desse extermínio. O extermínio começa na década de 70 com a ROTA, depois passa para o Esquadrão da Morte e para os Pés-de-Pato. E hoje está nos grupos de extermínio vinculados ao tráfico de drogas.

Quando se fala em crescimento, o movimento negro nacional sempre teve atuações. Em 1989, tivemos a campanha Não mate nossas crianças, com as mortes de Vigário Geral e dos filhos das mães de Acari.

Quando o companheiro Deputado da Bahia fala sobre a conferência na OEA, além de ser de fundamental importância, acredito que temos um assombroso histórico de extermínio da década de 70 até o ano de 2005.

O que mais tememos é um sistema de segurança baseado na punição e na vigilância, ao mesmo tempo em que sabemos quem está matando. De um lado, temos a morte anunciada pela Polícia. Do outro, o narcotráfico. E, do outro, a ausência total de políticas públicas para a juventude negra. É a grande questão.

Quando não se quer resolver um problema, elimina-o. O extermínio dessa juventude - concordo com o garoto de São Bernardo - é um sistema lento, gradual e seguro apresentado para a sociedade brasileira aliada à incapacidade dos governantes de lidarem com o problema.

Quem não faz parte do modelo sarado, bonito e global está fora. Estamos inseridos numa sociedade em que o indivíduo é aquilo que consome: marcas e patentes. Ao mesmo tempo, quando não consome, é excluído. Essa exclusão também se alastra de forma muito profunda na identidade étnica desses meninos.

Há um prejulgamento: bastou ser negro, ter boné e bermudão que tem de ser exterminado. É o que aconteceu nesses últimos dias em São Paulo com os jovens mortos nos confrontos, nos quais nunca vemos um policial do confronto baleado nem de raspão. São mortes em confrontos, mas não vemos viaturas nem policiais baleados.

Que confronto é esse em que só se morre de um lado? E, desse lado, morre com 5 tiros na cabeça, 1 no peito e 1 na nuca, que é a tática de extermínio dos anos 70. É a mesma tática, não mudou em nada. Nem tiveram a capacidade de inovar as formas de atuação, o capuz. Algumas viaturas da ROTA, em São Paulo, têm um brasão da caveirinha. E aí ficamos sabendo que o policial é ligado ao Esquadrão da Morte.

Os fatos que aconteceram nessa semana apenas evidenciaram as cobranças daquelas pessoas vinculadas ao tráfico de drogas. Pessoas que não tinham dinheiro para pagar suas drogas foram eliminadas pelo grupo de extermínio vinculado à Polícia, ligado ao narcotráfico, que mata.

As pessoas ficam confusas. Quem está matando? O narcotráfico, a Polícia ou eles mesmos estão se matando? O *modus operandi* é igual. É para isso que precisamos estar bem atentos.

Sempre digo que organizado, no crime organizado, é quem conhece a organização. Sabemos muito bem a quem serve o crime organizado. É só mais uma observação sobre o *modus operandi*, para termos bem claro que o processo é igual na Bahia, em Minas Gerais, no Rio Grande do Sul, em Recife - que também apresenta um número elevado de jovens mortos -, Manaus e Amapá.

O SR. COORDENADOR (Deputado Luiz Alberto) - Obrigado, Deise.

Aviso a todos que o grupo de trabalho aguarda a escolha de um dos seus membros para, às 12h, participar da reunião. Às 14h30m, haverá reunião, nesse mesmo plenário, do grupo de trabalho gerado por este painel.

Temos de ser rigorosos com o tempo. Ao meio-dia, hora do almoço, os restaurantes aqui da Câmara dos Deputados vão estar cheios, porque os funcionários da Casa almoçam nesse mesmo horário.

Convido o Absolon para falar, por 3 minutos.

O SR. ABSOLON - Bom-dia a todos. Saúdo todos, na pessoa do Deputado Federal Luiz Alberto, da Bahia. Estou aqui a convite do Deputado Yulo Oiticica, que solicitou minha presença ao Comando-Geral, e senti-me satisfeito quando nosso conterrâneo falou dos bons policiais.

Não sou de Salvador, sou do interior da Bahia, onde há 20 anos fiz um trabalho - recolher crianças de rua - que me credenciou a vir para a Capital trabalhar com os policiais negros, soteropolitanos natos que ingressaram na Polícia. Fui convidado para passar 1 ano, já estou há 11 anos. Em 10 anos, descobri que jovens policiais, muitos deles universitários, foram exterminados - 513 PMs foram mortos. Não houve manifestações nem visita à casa das mães desses cidadãos, muitos deles religiosos, que estavam na linha de frente do combate ao crime.

Há 32 anos na Polícia e tendo trabalhado em delegacia, resolvi policiar mediante a fala e não pelo uso de arma. Em Salvador eu não uso arma. Moro num gueto, famoso internacionalmente em razão do bandido chamado Julinho do Beiru. Aqui, não tenho preocupação alguma. Estou-me sentindo bem entre o pessoal da Bahia, do Distrito Federal e de São Paulo. Tenho uma proposta inovadora a fazer: por que não começar a mudar o foco da visão policial? Se bandidos de vários Estados formaram quadrilha em Salvador, não sou eu, o Sargento Absolon, que vou para a linha de frente - não sei se os bons ou os maus policiais vão para a linha de frente.

Convido todos a participarem da Frente Policial de Segurança Humanista nas Cidades do Brasil. Estamos criando o projeto Ronda Familiar nas Delegacias. É um projeto inovador. As famílias, organizadas, vão estar ao lado dos policiais, dos soldados baianos, entre os quais há bacharéis em Direito e pastores. Nós, da Polícia Militar do Brasil não vamos chorar pela nossa gente.

Convidamos as pessoas a enviarem projetos e a que, retornando a seus Estados, procurem os comandantes das respectivas unidades policiais, a fim de saberem quais policiais podem participar, quais são membros de entidades e de organizações não governamentais. Dessa forma, tenho certeza de que diminuirá o índice de criminalidade. Não vejo ninguém falar nos milhões de latas de cerveja que são vendidas a jovens carentes, aumentando a delinqüência na periferia. Senhoras e senhores, vamos todos trabalhar de mãos dadas. Os policiais estão aí. Não se fez manifestação contra a morte daqueles 513 PMs baianos, na maioria excelentes filhos e religiosos. Ficamos quietos, mas estamos em atividade. Estou aqui para contribuir com a minha experiência. Sou pai, sou avô. Tenho medo de andar em Salvador. Ainda não tive tempo para pensar na violência. Tenho medo, apesar dos meus 52 anos.

Tenho aqui material para lhes mostrar sobre como combater a violência com a palavra em todos os Estados. Foi o que me credenciou a participar da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa da Bahia, que, por intermédio da Deputada Moema Gramacho, concedeu-me o título de cidadão. Todas as terças e quartas-feiras estou lá.

Eu digo: não vou colocar uma pistola na minha cintura para policiar os negros, os pivetes, as prostitutas, os brancos, ninguém. Quero ficar ao lado dos 63 Deputados Estaduais, dos 41 Vereadores e dos 39 Deputados Federais.

Somos 30 mil PMs. Se ficarmos todos de mãos dadas, o índice de criminalidade vai diminuir na Bahia e no Brasil.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. COORDENADOR (Deputado Luiz Alberto) - Obrigado, Absolon.

Com a palavra o Sr. João Cândido.

O SR. JOÃO CÂNDIDO DE MELO - Bom-dia. Meu nome é João Cândido, sou Conselheiro Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente da cidade do Recife.

Na Conferência sobre Igualdade Racial que realizamos, concluímos que nós, homens negros com mais de 35 anos, somos sobreviventes, porque sobrevivemos à fome na idade infantil, sobrevivemos ao extermínio de adolescentes, sobrevivemos às prisões quando jovens. No meu caso, mesmo tendo nascido na periferia do Recife, tornei-me advogado.

Em sua fala, o Marcos disse que o fato de o negro tornar-se advogado ou médico não vai livrá-lo do racismo, que é cruel.

Eu trabalho numa prefeitura do PT. É muito séria a luta da Esquerda no tocante à classe e raça. E como dizer, numa cidade como Recife e Salvador, que convivem com a pobreza, que ação é para todo mundo? A cidade de Recife tem 1 milhão de indigentes, a grande maioria negros - por isso se diz que quando se está trabalhando para a população pobre trabalha-se para a população negra. Portanto, o discurso quanto a desvincular negros de classes é muito forte dentro da Esquerda.

Quanto à juventude, o problema é muito sério em todos os locais do País. Os jovens estão sofrendo. Temos problemas em relação à segurança dos nossos meninos. Em Durban, numa passeata, dissemos: "*Estão matando nossas crianças*". Na condição de pai de 2 adolescentes, o assunto me aflige muito.

Outro ponto que me causa espécie. Estou vindo de uma eleição para o Conselho Tutelar do Recife - coordenei a eleição. A situação é muito complicada. Tenho me deparado com um movimento de crianças e adolescentes. As pessoas que trabalham com crianças e adolescentes atuam na linha assistencialista, não na linha dos direitos humanos. As crianças que estão sofrendo nesse processo são sempre negras, entretanto, grande parte das pessoas que trabalham com essas crianças e adolescentes não conseguem ver isso; agem com base na universalização, que atinge todas as crianças.

Outro ponto interessante. O Conselho Tutelar está completamente desvinculado da sua função. Ele hoje é espaço para líderes comunitários. Como estou na Câmara dos Deputados, aproveito para dizer que alguns Parlamentares - Deputados e Vereadores - têm eleito determinadas pessoas que, via de regra, não têm qualquer preocupação em atender à criança e ao adolescente, porque são líderes comunitários. Temos de discutir. Precisamos aperfeiçoar o Estatuto da Criança e do Adolescente, modificar alguns mecanismos, sem contudo dar força àquela idéia retrógrada de diminuir a maioridade penal. Precisamos aperfeiçoar o Estatuto sem mexer na maioridade penal.

Muito obrigado.

O SR. COORDENADOR (Deputado Luiz Alberto) - Com a palavra o último inscrito para falar neste bloco, o companheiro

Silvanio, por 3 minutos.

O SR. SILVANO COELHO MOTA - Sou Silvanio, de Palmas, Tocantins. Estou aqui representando o Movimento Homossexual Brasileiro. Atuo numa ONG que cuida dos direitos humanos de gays, lésbicas, bissexuais e travestis. Tocantins tem representantes na ABGLT, nossa associação.

Já que o Marcos falou no extermínio de homossexuais, lembro que o Grupo Gay da Bahia (GGB) divulgou esta semana o relatório Assassinatos de Homossexuais no Brasil de 1980 a 2005.

Em 2005, houve 81 assassinatos de gays e lésbicas no País. Desse total, a margem de negros continua a mesma: 47%, se não me engano.

De 1980 a 2005, o GGB apurou que foram assassinados no Brasil 2.545 homossexuais, o que confere ao País o título de campeão mundial nesse tipo de crime. Entre essas pessoas, repito, 47% são negras.

Primeiramente, quero parabenizar a Mesa pelas brilhantes exposições. Pena que o tempo seja pouco para se debater itens tão importantes. Mas, na medida do possível, gostaria que cada um falasse sobre o assunto, uma vez que o Brasil é campeão mundial em extermínio de homossexuais, a maioria negros.

Muito obrigado.

O SR. COORDENADOR (Deputado Luiz Alberto) - Obrigado, companheiro.

Respondendo ao Deputado Yulo Oiticica, vou levar essa questão à Comissão de Direitos Humanos, para que possa participar da campanha *Reaja ou será morta, reaja ou será morto* - sugiro à companheira Deise Benedito que levante essa questão no grupo de trabalho -, que discute exatamente a ação dos grupos de extermínio na Bahia, mas é um movimento que se nacionaliza.

Quanto à CPI dos Grupos de Extermínio no Nordeste do Brasil, mencionada pelo Marcos e reforçada depois pelo Deputado Yulo Oiticica, participei dessa CPI e estranhei o fato de ela investigar a ação de grupos de extermínio só no Nordeste do Brasil. O fenômeno ocorre nacionalmente. Existem grupos de extermínio em todos os lugares, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais. E ficou bastante nítida, de acordo com a CPI, a participação de autoridades policiais e políticas na proteção desses grupos de extermínio, mesmo que indiretamente. A situação é extremamente grave. O relatório da CPI quase deixou de ser votado em virtude das articulações políticas de Parlamentares vinculados a esses grupos.

Portanto, nesse cenário, existe a participação efetiva de autoridades públicas na organização do crime, utilizando-se da força policial ou da estrutura do Estado.

O movimento social deve instar o Congresso Nacional, em particular a Câmara dos Deputados, que não vive bons momentos, a reabrir essa CPI, esperando, contudo, que não seja uma CPI para o Nordeste, mas nacional.

Há uma pergunta para a D. Carmen. Qualquer integrante da Mesa que quiser fazer algum comentário tem a palavra.

A SRA. CARMEN OLIVEIRA - A pergunta diz respeito aos conselheiros tutelares. Eles são vistos dentro do ECA como a base do sistema de garantia. Costumamos dizer que o conselheiro tutelar é nosso ouvidor comunitário. E que problemas estão relacionados a isso? Há vários. Atualmente, o conselheiro tutelar é escolhido cada vez menos pela comunidade e mais por setores nem sempre comprometidos com a área da infância e da adolescência, os quais têm interesses eleitoreiros ou religiosos. Ou seja, há uma tendência à partidarização da ação dos conselheiros tutelares. Além disso, eles são substituídos a cada 3 anos, e começa tudo de novo.

Estamos fazendo uma pesquisa nacional inédita. Peço aos que tiverem inserção comunitária que pressionem os conselheiros tutelares a preencherem o formulário enviado, por meio do qual tentaremos identificar não apenas o perfil desse conselheiro tutelar, mas também algumas características da violação de direitos na comunidade onde ele trabalha. A pesquisa será importante para identificarmos falhas nessa rede. Temos hoje cerca de 77 mil conselheiros tutelares operando no Brasil.

Quanto à inflexão dos temas raça e etnia nos programas federais relacionados à criança e ao adolescente, recebemos praticamente uma intimação do Ivair, que responde pela área de combate à discriminação racial da Secretaria de Direitos Humanos. Realmente, temos trabalhado muito pouco no que se refere a essa inflexão. Apenas 2 iniciativas, ainda tímidas, terão início este ano. Uma é o Encontro Nacional de Quilombinhos, crianças que residem em quilombos. Outra é a primeira capacitação de conselheiros tutelares que trabalham em comunidades indígenas. São iniciativas tímidas, considerando que somos um País onde há grande diversidade racial e étnica, porém pouco contemplada nos nossos programas. É uma falha, devemos, sim, ser mais pressionados e mais eficazes em relação a isso.

O SR. COORDENADOR (Deputado Luiz Alberto) - Senhoras e senhores, talvez mais tarde eu tenha de ir ao plenário, porque começou a Ordem do Dia.

O SR. JAILSON DE SOUZA E SILVA - As manifestações foram muito ricas. Eu gostaria de me deter em 2 assuntos fundamentais nesse processo.

No final da década de 80, início da de 90, foi instalada a CPI do extermínio de menores, a que a Deise se referiu, a qual chegou a um conjunto de conclusões. Depois, aumentou em mais de 130% a morte de adolescentes e jovens no Brasil.

Em 1960, no Brasil, morriam 128 crianças em cada mil que nasciam. Hoje, morrem em torno de 25. Por que diminuiu tanto? Porque houve uma forte ação do Estado, de organizações multilaterais, como o UNICEF, da Igreja Católica, por meio da Pastoral da Criança, e de outras organizações da sociedade civil. Quer dizer, houve uma integração de ações continuadas, intensas e abrangentes.

Nosso desafio hoje é enfrentar, também de forma integrada, a questão da violência juvenil. As crianças já não morrem mais quando nascem, mas quando completam 14, 15, 18 anos de idade. Catorze mil adolescentes entre 15 e 18 anos de idade foram assassinados em 2004.

Há um massacre dessa geração. Contra isso, nossa proposta é criar uma CPI não do extermínio, mas uma CPI da violência letal juvenil. Só se criam condições para enfrentar um problema quando se coloca o dedo direto na ferida.

Repito: há um massacre dessa juventude, e nisso é necessário intervir de forma direta. Parece-me que centrar esforços no combate à violência juvenil poderia ser mais eficiente do que criar uma CPI do extermínio, mais genérica.

Entre as metas estabelecidas para o milênio, ao que me parece, estaria prevista a redução da mortalidade infantil até 2015. No caso brasileiro, temos um conjunto de medidas nesse campo. Nosso problema fundamental é reduzir a mortalidade

juvenil.

Sou consultor do UNICEF. Estamos tentando implantar, para o ano que vem, um indicador nacional de redução da violência juvenil até 2015. Esperamos trabalhar de forma conseqüente nesse tema. O Brasil melhorou seu indicador de desenvolvimento humano porque tem diminuído a mortalidade infantil, não porque tem enfrentado de forma efetiva a mortalidade juvenil, uma coisa perversa. Precisamos criar uma linha de ação, em âmbito nacional, para redução da violência letal. No Rio de Janeiro, nosso símbolo é o mico-leão-dourado, espécie que estava ameaçada em virtude da destruição do seu hábitat. Ter o mico-leão-dourado como símbolo significa criar um conjunto de ações que ajudam a sustentar e a defender todo aquele ecossistema, o conjunto da espécie.

Toda essa violência letal juvenil coloca em questão o modelo de Estado. A naturalização dessa violência termina interferindo no combate a outras formas de violência. Deve-se combater o estigma que atinge os jovens negros que vêm sendo assassinados, bem como devem ser combatidos os estigmas que atingem os jovens homossexuais. Precisam ser combatidos os diferentes tipos de estigmas que transformam a diferença em desigualdade no Brasil.

Devemos, sim, construir uma rede cada vez maior, algo que estamos tentando começar, de forma ampliada, no Rio de Janeiro, mas também em outros Estados, para termos condições de enfrentar essa situação, e aí a atuação da Polícia é fundamental.

Uma experiência interessante que os senhores devem conhecer é a do AfroReggae, no Rio Janeiro, com o CESEC e a Polícia de Minas Gerais, que gerou um documentário chamado *A Polícia Mineira*. Não dá para enfrentar a violência sem discutir a atuação da Polícia. Historicamente, há grande desconfiança em relação à Polícia - imaginem essa situação no Rio de Janeiro. Não sei se existe polícia mais corrupta que a do Rio de Janeiro. Pode haver igual, mas dificilmente pior.

Precisamos destacar a atuação da Polícia. Ela é um ponto fundamental nessa questão.

O SR. COORDENADOR (Deputado Luiz Alberto) - Obrigado a Jailson de Souza e Silva, do Observatório de Favelas do Rio de Janeiro.

Vou conceder a palavra a Marcus Alessandro Silva dos Santos e, depois, a Edna Roland, para suas considerações.

O SR. MARCUS ALESSANDRO SILVA DOS SANTOS - Sobre a fala de Yulo Oiticica, são importantes os dados, para que tenhamos a exata medida de como esse processo acontece na Bahia. Concordo com Honere, com certeza não é um problema local, mas um processo enfrentado pela população negra no Brasil em toda a extensão da diáspora. Temos enfrentado o racismo em todas as partes onde se encontra a população negra. Então, repito, não é algo local. Obviamente existem cobranças locais, mas há pérolas em Salvador, apresentadas aqui, do tipo grupos encapuzados que vão às comunidades, sem identificação nenhuma, com farda da PM, entram nas casas e avisam às mães: *"Se a senhora sair, vamos retirar um corpo; se a senhora permanecer, vamos retirar 2 corpos"*. É um dos métodos utilizados, além de salas de tortura nas delegacias.

A Sra. Kátia Alves, ex-Secretária Estadual de Segurança Pública, disse que se espelhava no modelo de tolerância zero implantado em Nova Iorque. Sabemos quais as conseqüências para a população negra desse tipo de compreensão da política de segurança pública.

Honere destacou outras formas de extermínio e concordamos com essa idéia. Somos nós que estamos nas filas dos prontos-socorros dos hospitais públicos e nas filas dos desempregados. A violência é simbólica, mas, às vezes, ela se apresenta na prática, com a invasão de terreiros de candomblé em Salvador por parte de grupos evangélicos, que dão várias demonstrações de ódio religioso. Não trabalhamos com a idéia de intolerância, porque é muito leve para o tipo de violação que vimos sofrendo naquelas comunidades, seja em Salvador, seja em Porto Alegre, seja em São Paulo, seja em Brasília, seja em diversos pontos do território nacional.

Os terreiros de candomblé também são espaços para ações de caráter comunitário, de política alimentar, de assistência local, de acompanhamento e desenvolvimento de projetos diversos. Incluímos no elenco de instituições que desenvolvem esse tipo de ação os terreiros de candomblé, porque historicamente essa marca é nossa.

Em relação à fala de Absolon, devo dizer que já realizamos esse debate em Salvador. O que nossa campanha *Reaja ou será morta, reaja ou será morto* vem apresentando insistentemente? Com ela, queremos discutir o seguinte: que tipo de política pública foi pensada historicamente no Brasil? Em que lugar essa política pública colocou a população negra?

Pensamos a Polícia como um braço armado do Estado, que se organizou a partir do eixo racial. Historicamente, a Polícia nos criminalizou. Somos as mulheres e os homens criminalizados pelo Poder Público no Brasil e carregamos a pecha de sermos aqueles que põem em risco a ordem pública. Não dá para, neste debate, ficarmos preocupados apenas com a identificação de bons policiais. Não queremos fazer o debate a partir de uma ou outra pessoa; queremos debater o modo de agir da instituição, seja a PM, seja a Polícia Civil. Queremos discutir a ação de todo o braço armado do Estado.

Em Salvador, a Presidente da Associação dos Defensores Públicos do Estado da Bahia, Dra. Tereza Cristina, afirmou que a Defensoria não reúne as condições para realizar suas ações.

O que temos enfrentado é um verdadeiro estado de guerra, a chamada guerra de baixa intensidade. O jornal *A Tarde* denunciou, no final de setembro de 2005, que até o primeiro semestre mais de 630 pessoas tinham sido assassinadas por grupos de extermínio em Salvador, e o jornal fez um bom serviço ao publicar as fotos daquelas pessoas, todas negras. Então, concordando com Jailson sobre o fato de irmos direto ao tema, temos de discutir o extermínio da juventude negra. É certo que existem outras formas de extermínio, mas queremos chamar a atenção para esse processo continuado de extermínio de nossa juventude, que cada vez mais incorpora novas tecnologias. Acabou aquela história de agirem na calada da noite, para que ninguém pudesse observá-los. Agora, essas ações acontecem à luz do dia.

A proposta de retomada dos trabalhos da CPI dos grupos de extermínio no Nordeste incorpora uma idéia de que deve ser nacionalizada. Ali já havia vários trabalhos desenvolvidos, uma série de ações planejadas, mas, por conta do boicote de alguns setores aqui no Parlamento, financiados por esses grupos de extermínio, ou que com eles mantêm relações políticas, a CPI não avançou e infelizmente nada foi feito.

Com certeza, o debate precisa ser realizado sem disfarces. Temos de ir, como dissemos, direto ao tema e discutir o extermínio da juventude negra. É o que propomos.

Quanto à situação no campo, queremos também denunciar a ação da UDR e dos latifundiários no que se refere às

comunidades quilombolas, que agora têm suas terras legalizadas. A partir do momento em que a posse é efetivada, surgem ações sistemáticas, ataques da UDR, com perseguição, tortura e assassinato de pessoas dessas comunidades.

O SR. COORDENADOR (Deputado Luiz Alberto) - Com a palavra a Sra. Edna Roland.

A SRA. EDNA ROLAND - Concordo também com Honere, há necessidade de se fortalecer o protagonismo da juventude negra, e o extermínio corresponde ao outro lado da moeda, a ausência de políticas públicas para a juventude e a população negras. Ênfase especificamente a necessidade de recursos para a implementação de políticas.

Como muitos sabem, esteve ou ainda está em debate - o Deputado Luiz Alberto nos pode informar melhor sobre isso - o Estatuto da Igualdade Racial. Ele foi profundamente descaracterizado durante sua discussão no Congresso. Um dos principais aspectos da descaracterização desse estatuto foi justamente a negação do estabelecimento de um fundo nacional para políticas de igualdade racial. É algo claro: será impossível pensar em políticas de igualdade se não houver recursos para sua implementação.

Nessa linha do que precisa ser feito, creio que teremos de avançar mais e lutar pela criação de órgãos de legitimação de políticas de igualdade racial. Se já temos as Secretarias de Educação, Saúde e Trabalho, precisamos criar Secretarias, em todos os níveis de governo, Ministérios, com a função de implementar políticas de igualdade racial e com previsão orçamentária. Isso precisa ser incorporado à vida brasileira. Isso já ocorre com as Secretarias de Educação e de Saúde. Se existem 2 áreas no Brasil em condições de fazer alguma coisa, embora não suficientemente, são justamente as de educação e saúde. Por que elas têm essas condições? Porque têm recursos garantidos pela Constituição. A educação conta com um fundo que assegura a extensão da rede por todo o Brasil. Temos que pensar dessa maneira. Programas e políticas de igualdade racial devem ter orçamento garantido. Se não for assim, a juventude e a população negra terão de suportar aquelas condições de vida precaríssimas, a mesma miséria de sempre. Mesmo quando há órgãos encarregados de promover essas políticas, todos vivem à míngua, com pires na mão, com orçamento insuficiente. Essa é a outra face da moeda.

Finalmente, em relação à CPI, concordo com meu colega da Bahia. Devemos procurar uma correlação de forças no Congresso, ainda mais se analisarmos as conclusões das CPIs dos Bingos, dos Correios e não sei do que mais, para centrar fogo, digamos, em uma única iniciativa. Talvez o maior foco dessa questão esteja na atuação do crime organizado e dos grupos de extermínio, e aí a juventude negra seria apenas mais um dos alvos desses criminosos. Qual seria a melhor alternativa: uma única CPI tendo como foco essa proposta ou estratégias múltiplas para enfrentar o problema?

O SR. COORDENADOR (Deputado Luiz Alberto) - Fui chamado agora para ir ao plenário, pois teve início a votação nominal. Não demorarei muito, vou apenas votar. Volto em seguida.

Convido a Martha a assumir provisoriamente a coordenação dos trabalhos.

A SRA. COORDENADORA (Martha) - Com a palavra a Sra. Nilcéia Silva.

A SRA. NILCÉIA SILVA - Sou Presidente da Associação Pró-Falcêmicos - Anemia Falciforme (APROFE), Estado de São Paulo. Faço parte do Conselho Municipal de Saúde do Município de São Paulo, da Comissão de Saúde da População Negra, da Comissão da AIDS e da Comissão do Câncer de Mama.

Dirijo pergunta a Edna Roland. Estamos juntas em São Paulo. Ela se referiu a mortes de meninas negras no Sul, a violências e a alguns problemas de saúde. Minha pergunta é a seguinte: por que nós que tratamos da anemia falciforme não fomos incluídos? É muito grande o número de crianças que morrem antes de completar 5 anos de vida. Seria muito importante sabermos o número correto. Não temos estimativa em âmbito nacional nem em âmbito estadual e municipal. Refiro-me a São Paulo.

Muitos aqui sabem que a luta do Programa de Anemia Falciforme - PAF é para que isso aconteça. Vamos precisar muito do seu apoio, Edna, uma vez que está mais à frente. Para nós, seria muito importante contar com sua ajuda.

Fiquei preocupada também quando ouvi alguns colegas se referirem ao extermínio da juventude negra. Não seria extermínio da população negra? Digo isso porque negros de várias idades vêm sendo exterminados, e não é só pela Polícia.

Quando chega uma pessoa com crise de anemia falciforme ao pronto-socorro de um hospital, alguns médicos fazem o diagnóstico de maneira equivocada, porque eles não sabem o que é anemia falciforme. Muitos de nós, população negra, não conhecemos também a doença. A tendência de ocorrer essa enfermidade na raça negra é maior. Portanto, na Bahia, é muito grande a probabilidade de incidência da anemia falciforme.

Conversava há pouco com a Mãe Val, que me falou de um óbito de uma menina de 6 anos. Há vários outros óbitos acontecendo na nossa sede. A minha preocupação não é somente com a juventude negra, mas com todo o povo negro. Os negros têm de saber que podem ter anemia falciforme, hipertensão etc. Têm de saber também que existe a Secretaria Extraordinária de Povos Indígenas - SEPI, a Coordenadoria Especial do Negro - CONE, em São Paulo. Têm de saber que existe a Comissão de Saúde da População Negra.

O nosso povo da periferia precisa saber disso tudo, porque não adianta eu estar aqui, na condição de líder, como muitos outros, e não haver jeito de levar essa informação para eles. Se muitos querem aprender, e queremos fazer algo para ajudá-los, outros tantos não nos querem escutar.

Muito obrigada.

A SRA. COORDENADORA (Martha) - Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Sr. Adilson.

O SR. ADILSON JOSÉ PAULO BARBOSA - Bom-dia. Sou assessor para assuntos de segurança pública e direitos humanos da bancada federal do PT na Câmara dos Deputados.

Não sei se isso já foi discutido aqui, não estava no início da reunião, mas estou muito preocupado, porque tenho acompanhado todos os projetos na área de segurança que passam por aqui, bem como os relativos a controle social e repressão. Aliás, o nosso Governo mesmo contribuiu com isso ao aprovar o Regime Disciplinar Diferenciado. Estou assustadíssimo e - confesso aos senhores - meio enojado.

Li, no jornal *Folha de S. Paulo* de domingo, o caderno *Mais*. Veio com matéria sobre a América Latina e a respeito da Le Cocq, aquele esquadrão da morte. Um discurso está sendo construído em relação ao que vem ocorrendo em São Paulo. Não se trata de grupo de extermínio. Há cumplicidade da elite paulista, talvez da elite brasileira, inclusive de setores da

esquerda e da direita. Fiquei chocado, por exemplo, quando vi pessoas - não sei quem são; já fui militante do movimento de direitos humanos - dizerem que vão apurar os excessos. Excesso em São Paulo é tiro na cabeça. Jovens estão sendo mortos na periferia, e são muitos. Talvez os índices hoje já superem o dos 111 presos. Na verdade, há cumplicidade. A mídia no Rio de Janeiro ainda fez algumas matérias mais críticas, mas a de São Paulo calou-se completamente. Fiquei imaginando o que vai ocorrer em todo o Brasil. Há um reforço. Não por acaso fui revistado aqui em Brasília, na segunda-feira seguinte àquele massacre em São Paulo. Estava num táxi. Amigos meus já sofreram batidas aqui também. Brasília também convive hoje com esse discurso do controle da violência.

Esta conferência poderia até se transformar num instrumento de denúncia sobre o que está ocorrendo lá. Não por acaso estão enterrando pessoas no Perus, o cemitério da ditadura. Não há listas com nomes dos mortos. Fazem mandados de busca e apreensão coletiva nos bairros de São Paulo. Já morei na periferia de São Paulo e sei como é. As pessoas ficam caladas. Isso está acontecendo, e eu não poderia deixar de falar sobre isso.

O nosso sistema de justiça criminal, sobretudo o nosso sistema penal, é podre. O que existe são masmorras. Eu não li, até tenho que ler, o estatuto do PCC, cujo lema é *Paz, justiça e liberdade*, que, segundo um amigo meu, foi publicado na revista *Caros Amigos*. Ele me disse que eu precisava ler. Não sei exatamente o que foi publicado.

Trata-se de uma população invisível, que não tem representação, é tratada como bicho e não é reconhecida por toda a sociedade. Talvez no Brasil haja cerca de 400 a 500 mil presos. E o que está ocorrendo em São Paulo é uma tragédia, que vai ter repercussão no Brasil inteiro, porque a Polícia mata normalmente, mata primeiro. Os laudos estão disponíveis - se fizerem um exame, verão -, e a OAB e outras entidades vão apurar os excessos.

Era isso o que eu queria apresentar. Eu estou realmente chocado. Tenho acompanhado os acontecimentos desde os primeiros dias. Aliás, venho acompanhando isso já há algum tempo - trabalhei com crianças, com adolescentes, tenho ido a presídios e acompanho a área de segurança - e sei que temos uma concepção de segurança atrasadíssima.

Acho que a Polícia tem um limite, e o que está ocorrendo hoje nas cidades brasileiras não é mais coisa de Polícia. Pedro Demo, da UnB, costuma dizer que é preciso parar de fazer política pobre para pobre. É preciso criar condições. A PETROBRAS vai investir 100 milhões de reais até 2010, e não há dinheiro para abrir ruas, escolas, para dar acesso à população negra que está hoje nas periferias! Isso é muito preocupante, porque vejo que o tempo está passando, e não se faz nada. Lembo virou o nosso herói, não é?

Era isso que eu queria apresentar.

A SRA. COORDENADORA (Martha) - Com a palavra a Sra. Maria Aparecida dos Santos, a moça do quilombo.

A SRA. MARIA APARECIDA DOS SANTOS - Bom-dia a todos. Estou representando a Comunidade de Helvécia, como já foi dito, uma comunidade de quilombo. Pelo que estamos vendo aqui, a palavra que prevalece é "extermínio". Nossa comunidade também sofre um extermínio que mata aos poucos: o da monocultura do eucalipto. Hoje estamos asfixiados pela monocultura do eucalipto. Helvécia está cercada dos 4 lados por eucaliptos, e, pelo que percebemos, a lei não é cumprida. Sabemos que há determinada distância para se plantar eucalipto, e lá essa lei não é respeitada. O nosso cemitério também está no entre os eucaliptos.

Por ser uma comunidade de 90% ou até mais de negros, qualquer coisa é a mesma coisa. Tanto faz viver, ou sobreviver, ou morrer, não interessa a ninguém. Isso vem acontecendo há mais de 20 anos. O Deputado Luiz Alberto até conheceu a nossa comunidade e ficou angustiado, muito decepcionado com a situação. Ele é uma pessoa responsável por nos ajudar lá nessa questão.

Uma das ações já aconteceu: reconhecer a comunidade como quilombola, para tentarmos brigar perante o Governo Federal pelo respeito à cultura daquele povo, porque Helvécia é considerada berço da cultura do Brasil. É uma cidade que tem uma história muito bonita, mas não é reconhecida, porque sabemos que o que vem do negro é qualquer coisa. Hoje ela é uma comunidade estudada por muitos pesquisadores, antropólogos e historiadores.

Gostaria de fazer um apelo à Justiça, a qualquer pessoa, aos políticos responsáveis: olhem para as comunidades - não só a minha, como as demais - que vêm sofrendo com isso. Estou desenvolvendo minha monografia com base na angústia do meu povo e percebo que há muita tristeza, muita decepção e muita angústia na comunidade. É necessário ver o que pode ser feito para que essa situação mude.

O SR. COORDENADOR (Deputado Luiz Alberto) - Obrigado.

Lembro aos senhores que faltam 2 minutos para o meio-dia. Existem aproximadamente 13 pessoas inscritas, e temos de cumprir o horário - a não ser que o nosso povo aqui abdique de almoçar. Aí poderíamos ir diretamente para o grupo de trabalho, porque depois os restaurantes vão estar totalmente inviabilizados.

Peço às pessoas inscritas que sejam bastante objetivas. Se houver alguma pergunta, algum comentário, que sejam breves, para que possamos concluir os nossos trabalhos e que todos possam participar do painel.

Concedo a palavra à Sra. Mãe Val.

A SRA. MÃE VAL - Bom-dia a todos. Mukuiu, Motumbá, (*ininteligível*), meus irmãos. Para mim é meio complicado falar de direitos humanos. Sou Conselheira de Direitos Humanos da Cidade de Salvador, sou Mameto de Inkice do Quilombo Mucudewa e sou Presidente do Afoxé Filhos de Ogum de Ronda.

Gostaria de fazer uma ressalva ao que a nossa palestrante falou. "Preto" para mim é objeto, "negro" é ser humano. Então, quando se fala de negro, prefiro que se chame de ser humano negro. Preto, uma menina preta, é um pouco complicado. Para mim é muito importante estar aqui falando sobre discriminação e direitos humanos. Como Mameto de Inkice, vejo minha religião até aqui desconsiderada, porque deveria existir direitos humanos e religiosidade, e está faltando esse tema. A religião vive sendo discriminada 24 horas por dia, não só pela mídia, mas verbalmente, porque às vezes somos abordados nas ruas.

Fui mãe de um infrator - as desigualdades sociais e exclusões o atingiram fatalmente, e hoje ele descansa em paz - e mulher de um policial que a ditadura usa para executar o serviço que o oficialato não quer fazer, não faz, não tem coragem nem audácia de fazer. Usam esses policiais para executar ações e satisfazer o ego de amigos e até de propineiros. No Lobato, houve o extermínio de 4 jovens, e hoje os policiais retornaram à comunidade como se nada tivesse acontecido. Para finalizar, gostaria de ler para os senhores a minha literatura de cordel, em que falo de todas as violações de nossos

direitos. Chama-se *Direitos Violados*:

*"Eu amo meu Brasil
eu amo de paixão
eu quero estudar
mas não tenho condição.*

*Eu quero ver meu Brasil
quero ver você crescer
mas não acompanhado
de abuso de poder.*

*Quero poder ir ao médico
na hora em que eu precisar
e não marcar consulta
para 2 ou 3 meses
se lá eu chegar.*

*Quero ter os meus direitos
que a Justiça já me deu
meus direitos respeitados
até os da Lei de Deus.*

*Quero ir à empresa
e poder trabalhar
e no fim do mês
as minhas contas eu pagar.*

*Quero pegar um coletivo
e poder me sentar
sem correr o risco
do ladrão me assaltar.*

*O ladrão que é meu vizinho
e que foi discriminado
Entrando nesta vida
para ganhar um trocado.*

*Trocado esse
que custa sua vida
destruindo a vida da comunidade
e a saúde da família.*

*Família que se mata
e que um dia se matou
para criar esse filho
que hoje lhe causa dor.*

*E para nossos Parlamentares
eu tiro o meu chapéu
que permitem que os traficantes
tirem da boca dos nossos jovens o mel
e lhes coloquem o fel.*

*É triste para uma mãe
ver seu filho sofrer
lutar contra a morte
sem nada ela poder fazer.*

*É triste, Srs. Parlamentares
o que vocês fez
criou tantas leis
até o art. 6.*

*Artigo que nos cobre
de tanta proteção
só que estão no papel*

na realidade não.

*E dentre esses direitos
me sinto violada
por ver a minha religião
ser tão discriminada.*

*Discriminada na mídia
rádio, televisão
e por nossos dirigentes
que não tomam uma posição.*

*Quero pegar o ônibus
e poder cochilar
sem ter que ouvir culto religioso
sem sequer a passagem eles pagar.*

*E aqui me despeço
com dor no coração
por ter sido uma mãe
que viveu toda essa emoção."*

Obrigada. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR (Deputado Luiz Alberto) - Obrigado, Mãe Val.

Com a palavra a companheira Cristina.

A SRA. CRISTINA DE OXUM - Sou a ialorixá Cristina de Oxum, estou representando aqui a Rede Nacional de Religiões Afro-brasileiras e Saúde. Sou de São Paulo, da periferia, Zona Leste, Itaquera. Itaquera e Guaianases concentraram tudo o que aconteceu. Como ialorixá, estava dentro de um hospital socorrendo um dos meninos que foram vitimados inocentemente por tudo o que aconteceu, e ali conseguimos ver realmente o que está havendo em todo o Brasil. Simplesmente agora o alvo foi São Paulo, mas essa violência já está ocorrendo há algum tempo e sendo mascarada. É o que eu sempre digo: de pão e circo, chega! Nós não precisamos só de pão, nem só de circo. Fizeram tudo isso numa salada só, e todos esses massacres estão acontecendo. Desta vez, eu volto a dizer, o alvo foi São Paulo, onde há muitos problemas infanto-juvenis, com mulheres, com idosos, no que se refere ao racismo, à legitimação dos direitos de todos os setores. Diante de tudo isso, realmente temos de empreender uma ação unificada, nacional, para contemplar todos os Estados que estão em grave situação de racismo e de violência.

Os senhores já disseram, e continuo dizendo, que passamos pelos óbitos desde as crianças pretas, sim. Dentro da ascensão econômica de que se falou aqui, a do negro não vai servir. Está aí o racismo. No sociocentrismo de que se falou aqui, em São Paulo há essa corrente toda. A grande diferença entre o racismo e a criminalização está sendo vista agora em São Paulo, e o Rio tem um grande foco.

Não estão mais nem ligando, porque isso já virou documentário, com todas as fontes, os estágios, do negativo e do positivo. Creio que precisamos ter unicidade e visibilidade, precisamos de uma ação que contemple todo esse pacote, em âmbito nacional. Após 5 anos da Conferência de Durban, acho que seria muito bom conseguirmos pelo menos uma ação unificada. Eu gostaria muito de ver se nós, juntos, poderíamos fazer uma proposta de ação unificada. Tudo bem?

O SR. COORDENADOR (Deputado Luiz Alberto) - Obrigado, ialorixá Cristina de Oxum.

Registro a presença do Vereador Albertão, da Comissão de Direitos Humanos de Guarulhos, que está acompanhando nossa audiência.

Com a palavra a companheira Márcia.

A SRA. MÁRCIA - Bom-dia a todos. Sou assessora da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Eu tinha um discurso longo, mas vou pedir as considerações da companheira Edna. Chamo a atenção para algo com que militamos no movimento de mulheres e que me parece repetir-se: a invisibilidade das meninas. O Bill, quando escreve o livro *Cabeça de Porco* e faz aquele mapeamento do País inteiro, cita mulheres 4 vezes. Uma é aqui de Brasília, traficante de merla. Parece-me que há 2 namoradas e 2 mães, numa passagem muito rápida. Ao que me parece, as meninas estão sendo vitimadas também pelo envolvimento com a violência armada, com o tráfico de drogas. Não temos muitos dados sobre isso. É importante tirarmos as meninas da invisibilidade, porque não são os falcões, existem meninas nesse processo, com a sua especificidade, relacionada à violência doméstica, à gravidez precoce, à exploração sexual infantil e de adolescentes.

Gostaria de saber se a companheira Edna poderia trazer à luz essas meninas, porque elas têm suas especificidades, e não podemos tratar tudo como uma coisa única. Houve 14 mil mortes em 2004. Quantas dessas são meninas? Quantas sofreram violência sexual antes de morrer?

Obrigada.

O SR. COORDENADOR (Deputado Luiz Alberto) - Obrigado.

Para que Mãe Val não fique cobrando: na Bahia, chamamos "negro"; em São Paulo, as pessoas chamam "preto". Vamos ensinar São Paulo. (Risos.)

(Não identificado) - Não é exatamente isso. Os dados dizem respeito à pequena parcela da população negra. Depois esclarecerei.

O SR. COORDENADOR (Deputado Luiz Alberto) - Com a palavra a Sra. Martha.

A SRA. MARTHA - Trago a tona a discriminação dos movimentos sociais. Grande parcela dos movimentos negros estão nessa fatia do bolo. Por que quero trazer essas questões? Porque, primeiro, a liderança do Movimento Negro Unificado esteve em Recife, com o coordenador Marcelo Jefferson, que trata de moradia e habitação. O Movimento Negro Unificado é uma das primeiras organizações a ter ocupações - as urbanas são chamadas quilombos.

Venho do Estado onde se matam mais mulheres: Pernambuco. São quase 200 as mulheres mortas. Há o caso do irmão quilombola Gegê, em São Paulo, do Movimento União de Moradia e do Movimento Negro. Portanto, temos as principais lideranças, que não são promotores, advogados, mas que estão na ponta, que fazem parte dos movimentos sociais, que estão nos morros, nas periferias. Refiro-me às lideranças comunitárias, ao clube de mães que está sendo atacado, aos terreiros religiosos, ao clube de meninos para jogos, cadeiras e outras coisas. Essas lideranças não são citadas, principalmente no que diz respeito ao Programa Nacional de Defensores.

Essas pessoas também são defensoras dos direitos humanos, porque estão na ponta, resolvendo o problema não apenas do movimento social popular, mas vão de encontro diretamente à ferida da comunidade. Somos nós que estamos no local quando acontecem os tiroteios, as chacinas, e não o Prefeito, o Vereador. Quem chega primeiro para remediar somos nós: líder comunitário, ialorixá, líder do grupo de mães, de pais e alunos, pessoal da capoeira, do afoxé, que está ali perto. Essas pessoas são desconsideradas e estão sendo perseguidas em âmbito nacional, e até hoje não se tem resposta. Onde é que vamos parar com essa perseguição aos movimentos sociais? Quero contribuir com o colega do GLTB, porque o MNU tem um núcleo de GLTB dentro de sua instituição. Em Cabo, Município próximo a Recife, há vários assassinatos de homossexuais, travestis, negros. E isso não consta das estatísticas, porque eles não são considerados defensores de direitos humanos, lideranças. Dizem que estão ali por perversão, que morreram porque tinham que morrer, porque é assim mesmo, porque Deus quis assim, eram pervertidos, estavam no local errado. Geralmente são questões como essas que nós, movimento negro, temos de tratar, no que se refere à nossa criminalização.

Não apenas em Pernambuco, mas no País somos tratados como defensores de bandidos, de marginais. É assim que são vistos os defensores de direitos humanos. É assim que somos vistos. Perguntam: *"O que você vai fazer, menina? Você vai para onde?"* Quando chegamos às delegacias, nos perguntam: *"O que você está fazendo na delegacia? Vai para casa, menina! O que você está fazendo na comunidade? Vai lavar um tanque de roupa suja!"* Isso ocorre principalmente conosco, porque estamos encaminhando. É o meu caso, pois também estou aqui na condição de conselheira de direitos humanos da cidade de Recife, Estado de Pernambuco. Tenho compartilhado com Honore a posição das lideranças negras e da juventude, centrada no Movimento Negro Unificado, entidade da qual faço parte e que tem assento em âmbito estadual e municipal.

Essa problemática que levantamos queremos dividir não apenas com Marcos, mas também com o representante da Secretaria de Direitos Humanos. Onde será colocada essa fatia do bolo? Ela não está no Programa Nacional de Direitos Humanos, nem no Programa Nacional de Defensores e Defensoras de Direitos Humanos, principalmente no que diz respeito ao Nordeste, Região basicamente desfavorecida, em comparação com a Região Sul. E aí? Como está sendo tratada essa questão?

Um axé quilombola a todos os presentes.

O SR. COORDENADOR (Deputado Luiz Alberto) - Obrigado, Martha.

A próxima inscrita é a companheira Alessandra.

A SRA. ALESSANDRA QUEIROGA - Bom-dia a todos. Meu nome é Alessandra Queiroga, sou Promotora de Justiça no Distrito Federal e faço parte do Grupo Nacional Promotor de Direitos Humanos, um grupo criado a partir da conferência anterior. Encontramo-nos na IX Conferência e percebemos que o Ministério Público está muito atrasado na defesa daquilo que nos impõe a Constituição. Então, criamos esse grupo, que elegeu como prioridade de atuação institucional para 2006 e 2007 o combate à tortura e a toda forma de discriminação e a promoção do direito humano à alimentação.

Em alguns Estados brasileiros já foram criados núcleos, ou promotorias específicas para o combate à discriminação. Essas promotorias começaram a se aparelhar agora. Salvo engano, a de Salvador é a mais desenvolvida.

Criamos no DF o primeiro núcleo de enfrentamento à discriminação. Para dar um exemplo, no Ministério Público do Distrito Federal, sem contar o Ministério Público Federal, somos 350 membros, e apenas 3 são negros. Dessa forma, é preciso haver cobrança por parte dos movimentos sociais, da comunidade negra e dos Ministérios Públicos Estaduais para que se dê atenção a essa questão, porque, como a grandíssima maioria é branca, a verdade é que há pouca preocupação com a discriminação racial.

Então, estamos aprendendo. Graças a Deus existe a SEPPIR, aqui em Brasília, e Luiz Fernando, que é o ouvidor, está municiando-nos de informações, ensinando-nos e passando-nos a literatura para podemos atuar. Precisamos disso, dessa cobrança em todos os Estados.

A outra questão que quero rapidamente abordar tem relação com a violência policial. O Ministério Público é obrigado a fazer o controle externo da atividade policial. Quem deve fazer o controle da Polícia quando ela comete atrocidades somos nós. Somos mal aparelhados para isso, e querem tirar o nosso poder de investigação. Querem a todo custo, com diversas medidas judiciais, que o Ministério Público não possa investigar, que a investigação fique somente nas mãos da Polícia. Se não estivermos realmente de mãos dadas com a sociedade, para que ela nos dê o poder de investigação, vamos ficar sempre reféns daquilo que a Polícia fizer e disser, e isso é trágico.

Por último, quero dizer que nós, na condição de membros do Grupo Nacional Promotor de Direitos Humanos, repudiamos veementemente o manifesto feito com parcela de promotores de São Paulo - se não me engano, 70 promotores - para minimizar a atuação da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, que, por sinal, é conduzida por um promotor, a quem queremos dar apoio.

O Ministério Público renova-se realmente agora. A parte conservadora, que, no meu entender, apóia atitudes ilegais, transforma-se em minoria. Precisamos ser mais procurados pelos movimentos sociais, dar mais as mãos aos movimentos sociais, para que possamos tomar a frente da luta e ter o poder de cobrar - cobrar, por exemplo, o cumprimento da Lei nº 10.639/03, do Secretário de Educação, e assim por diante.

Era o que eu tinha a dizer. Obrigada.

O SR. COORDENADOR (Deputado Luiz Alberto) - Sra. Promotora, temos notícia de que a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados aprovou um projeto de lei que reforça o direito do Ministério Público de encaminhar a investigação e a abertura de inquérito. Trata-se de uma conquista importante. O projeto ainda está em tramitação e deverá ir para o Senado.

Passo a palavra ao companheiro ao lado. Por favor, identifique-se.

O SR. RENATO SÓCRATES GOMES PINTO - Bom-dia a todos. Meu nome é Renato Sócrates Gomes Pinto. Sou colega dos senhores, aposentado. Fui Procurador de Justiça, mas estou aqui para representar o Instituto de Direito Comparado e Internacional de Brasília.

Serei breve. Gostaria de comentar tudo que estou aprendendo neste momento aqui, mas farei apenas uma pergunta objetiva a Carmen de Oliveira, representante da Secretaria de Direitos Humanos. A pergunta é a seguinte: no Rio de Janeiro, cogita-se também o uso da Justiça Restaurativa nesses projetos?

Como já deve ser do conhecimento dos senhores, trata-se de um modelo de Justiça Criminal cujo foco se desloca da punição e da vigilância para a restauração das relações entre os protagonistas do conflito, de forma a dar ao conflito um tratamento holístico e dar oportunidade para o resgate de dívidas históricas no momento do tratamento daquele conflito que ocorre na comunidade - prática de crimes, contravenções, atos infracionais cometidos por adolescentes etc. Enfim, gostaria de saber se isso está em cogitação ou em estudo, relativamente a esse projeto que a senhora relatou.

Obrigado.

O SR. COORDENADOR (Deputado Luiz Alberto) - A Iana Orixá Cristina de Ogum inscreveu-se para ser a relatora do grupo de trabalho. Então, quero avisar a ela que às 12h30 haverá reunião na Comissão de Direitos Humanos com todos os relatores e relatoras, para conversarem e discutirem a constituição do relatório e o acompanhamento do GT às 14h30. Quero pedir aos poucos inscritos que ainda há que sejam bastante rápidos, breves, a fim de que às 12h30 encerremos esta reunião, para que os senhores possam almoçar e às 14h30 voltar para o grupo de trabalho. Está bem assim?

Passo a palavra à companheira que está ao lado.

A SRA. VALQUÍRIA - Meu nome é Valquíria. Não represento nenhuma organização. Estou aqui porque sou formada em Comunicação e me interesso pelo tema. Meu comentário será simples e bem objetivo, centrado nas pequenas coisas do cotidiano.

O Sr. Jailson falou de temas mais amplos, interessantes, temas que estão mais presentes nos meios de comunicação em São Paulo e Rio de Janeiro, mas parece-me que há necessidade de um mapeamento das pequenas ações que modificam visões e formas de agir. Existe um sentimento típico entre as pessoas que sofrem discriminação. No Lago Norte há várias oficinas; uma delas é de teatro. Em pelo menos em 4 grupos de peças, os adolescentes do Varjão não eram recebidos, não passavam das entrevistas de emprego, exatamente por morarem no Varjão. E o sentimento dessas pessoas que são discriminadas? Quais são as ações previstas para modificar esse cotidiano?

Deve haver, repito, um mapeamento dessas ações, e não a negação. Estou refletindo sobre quais são os pontos negativos e positivos, mas parece-me que o importante é a não-negação nos meios de comunicação. É muito mais complicado se houver a negação. Cito o documentário *Ônibus 174*. Ver o acontecimento ao vivo é diferente de assistir ao *Ônibus 174* no *Cidade Alerta*. E é diferente, é claro, o formato do *Fantástico*. O *Fantástico* é o inacreditável.

As questões que queria pontuar são a negação presente nos meios de comunicação e a valorização de meios alternativos, porque essa é uma forma de conscientização e de fazer chegar a informação sobre os fatos que estão acontecendo, positiva ou negativamente.

O SR. COORDENADOR (Deputado Luiz Alberto) - Muito obrigado.

Passo a palavra à representante do EnegreSer, Sra. Ana.

A SRA. ANA LUIZA - Boa tarde. Sou Ana Luiza e represento o Coletivo Negro no Distrito Federal e Entorno EnegreSer. Vou fazer algumas considerações, e tentarei ser breve.

Em primeiro lugar, precisamos tomar o cuidado, neste tipo de conferência, de não ficarmos muito ensimesmados. Aqui estão pessoas que querem dialogar sobre esse assunto e já têm alguma sintonia. E disso tem de resultar um grupo de trabalho que sinalize algumas propostas efetivas para serem conversadas com os atores que podem gerar algumas modificações.

O sistema penal brasileiro funciona, e bem. Há o discurso que tenta causar a impressão de um caos, de que o sistema é caótico. Não é. O sistema foi feito para manter as pessoas onde estão, para matar as pessoas que têm de ser mortas. E isso está acontecendo, e muito bem. É para isso que temos de chamar a atenção.

Queremos discutir medidas com a Secretaria de Segurança Pública nesse sentido. A diluição que se tenta fazer do racismo dentro desse sistema é o que acaba com a possibilidade de enxergarmos esse mesmo sistema. Ou situamos a variável racial dentro desse sistema, ou não haverá condições de compreendermos a forma como ele se movimenta.

Por que esse alarde com a Polícia? Por que a Polícia funciona assim? A Polícia funciona assim porque nasceu de uma relação de perseguição aos corpos negros, nasceu para perseguir seres que não são humanos. Se o policial chega também com agressividade, muito mais intensamente contra os corpos brancos, é porque está condicionado pelo racismo.

Tratar de racismo no sistema penal não significa só tratar de população negra; significa compreender esse sistema penal.

Enquanto quisermos pautar essa diluição, retirando o racismo do centro do sistema penal, não poderemos compreender esse tipo de questão. É importante que situemos todas essas variáveis e efetivamente cheguemos aos atores, ao Secretário de Segurança Pública e a tantos outros que podem de fato sentar aqui. Precisamos tentar manter um grupo permanente, com promotores, defensores públicos e policiais de todo o País.

Devemos ter cuidado quando tratamos de Polícia. A Polícia desse sistema penal tem a velha síndrome de capitão-do-mato. Nós recrutamos os policiais da mesma parcela das vítimas. São os mesmos negros que estão do outro lado. Temos de discutir com a Polícia nesse nível. Isso é importante.

Interessa-me sentar com a Polícia para discutir. Quero saber o que o Brasil entende por segurança pública e o que vamos fazer em relação a isso. Ou saímos desta conferência tentando manter de alguma forma uma ligação deste grupo de trabalho, para efetivamente afinarmos um discurso, para pautarmos esse assunto de maneira nacional e mais séria, ou esse

tipo de coisa permanece interna, para dentro, entre as pessoas que já estão condicionadas e com discurso mais afinado.

Era para isso que eu queria chamar a atenção. Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. COORDENADOR (Deputado Luiz Alberto) - Obrigado, Sra. Ana Luiza. Sua fala foi mais breve do que deveria ser.

Restou-lhe 1 minuto.

Passo a palavra a Ivo, quilombola do Maranhão.

O SR. IVO FONSECA SILVA - Agradeço a oportunidade de participar desta X Conferência. Também parabeno a Mesa, na pessoa do Deputado Luiz Alberto.

Falar de direitos humanos é muito bom, mas o tempo sempre é curto. Eu participei ontem da abertura e cheguei um pouco atrasado hoje, em virtude de uma situação que vou relatar aqui. Se estender-me um pouco no meu tempo, peço que a Mesa leve isso em consideração.

Meu nome é Ivo Fonseca Silva. Sou um dos coordenadores da Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão e também membro da Coordenação Nacional de Quilombos. Para mim, esta luta prossegue há muito anos. A cada dia que passa analiso mais a situação do nosso povo. Sempre digo que o Brasil não é nosso. Quando se fez a primeira Constituição do Brasil, em 1824, ainda existia aqui um contingente muito grande de escravos. O art. 5º da Constituição de 1824 já rezava que "*todos são iguais perante a lei*", e é o mesmo art. 5º da atual Constituição, mas a escravidão permanece até hoje.

Se observamos a cronologia da lei no Brasil, veremos que nossa participação na Constituição só se dá a partir da Constituição de 1988, vigente até hoje, mas efetivamente a escravidão ainda existe e a Constituição ainda não é nossa. Observem que, segundo o art. 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, o Estado tem que emitir o título respectivo das comunidades quilombolas. Fez-se um mapa, mas até hoje não há nem 10 comunidades com o seu título definitivo.

Quero relatar um fato que aconteceu recentemente no Estado do Maranhão. Recentemente, uma juíza da Comarca de Vargem Grande concedeu uma liminar de despejo de 10 famílias. A juíza mandou que realizasse essa ação um comando da Polícia Militar, que despejou 33 famílias, em que havia 59 crianças - tenho em mãos material que vou deixar sob os cuidados da Mesa. Peço à Sra. Carmen que preste bem atenção a este relato para que possa tomar as devidas providências.

Pois bem, houve algo mais surpreendente: a Polícia Militar chegou aproximadamente às 9h ao local, e lá havia um corpo, um defunto. A família estava velando o defunto, porque nas nossas comunidades têm-se muito respeito pelos defuntos, evidentemente. A Polícia Militar pediu que a família se retirasse da casa, pegou o defunto e colocou numa carroça. E um jumento saiu puxando a carroça com o defunto. A família ia atrás chorando. A Polícia serrou as madeiras da casa e tocou fogo. Nunca vi um defunto ser despejado! (*Risos.*) Talvez isso tenha acontecido na época da ditadura. Eu, que estou neste movimento há pouco tempo, nunca pensei que veria esse tipo de coisa acontecer.

Estamos muito longe do Direito. Estamos muito longe de enxergar o Direito. E observem que todos os relatos aqui estão voltados para a nossa comunidade, para o nosso povo negro, e a Polícia Militar sempre está envolvida nas situações. Para falar a verdade, não sei que direção vamos dar a este Estado. Não sei se os senhores já viram uma teia de aranha. Acho que muitos já viram. Na análise que faço, considero o Estado como uma teia de aranha, porque ninguém sabe onde é o começo e onde é o fim da teia de aranha, onde é a entrada e onde é a saída, e é dessa forma que estamos vendo o Estado brasileiro.

Quero pedir à Sra. Carmen que tome providências, principalmente quanto a essas 59 crianças que foram despejadas. Elas não estão estudando nem estão dormindo em um local razoável. Então, vou entregar as 3 cópias que tenho do processo. Já demos entrada com uma representação junto à Ouvidoria Agrária do INCRA, juntando os documentos que relatam esses fatos, e também já mobilizamos os meios de comunicação.

Embora não eu esteja vertendo lágrimas, choro internamente pelo que está acontecendo em nosso País.

Muito obrigado, e até a próxima. (*Palmas.*)

O SR. COORDENADOR (Deputado Luiz Alberto) - Muito obrigado, Sr. Ivo.

Concedo a palavra ao Sr. Albertão, o último inscrito. Depois faremos os encaminhamentos finais.

Peço ao Sr. Vereador que se identifique ao falar, porque está sendo gravado este nosso painel.

O SR. EDSON ANTÔNIO ALBERTÃO - Sou membro da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Guarulhos. Resolvemos vir a esta Conferência porque achamos que a situação de São Paulo revelou algumas coisas que devem ser pensadas com seriedade.

O que primeiro afetou os direitos humanos em São Paulo foi a sonegação de informações a respeito dos crimes que estavam sendo cometidos. Após o PCC ter matado soldados, a cujas famílias naturalmente somos solidários, porque os direitos humanos dos soldados têm de ser respeitados também, houve uma reação da Polícia cuja dimensão ninguém conseguia medir. Ninguém conseguia dimensionar o que estava acontecendo. E esta é uma denúncia que é importante seja feita, porque há instituições brasileiras que não respeitam nem vão respeitar nunca os direitos humanos se não houver uma movimentação grande.

A Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal não conseguia informações a respeito da matança que estava ocorrendo. Começamos a tentar coletar informações no dia 14, e no dia 19 conseguimos saber que 56 jovens haviam sido assassinados, todos eles negros ou, na identificação da polícia, pardos. Houve negação de informações tanto por parte do Governo Estadual quanto do Governo Municipal, que é do PT. Isso tem de ser entendido conjuntamente, porque hoje os valores econômicos estão sobrepondo-se aos valores humanos. O Prefeito da cidade declarou o seguinte: "*Esta situação de denúncia de grupo de extermínio atrapalha os investimentos.*" Pior que isso: só conseguimos arrancar uma lista com muito esforço, quase a fórceps, e de uma instância municipal! A lei orgânica, que reza que o Vereador tem direito a qualquer informação dentro das instâncias municipais, não foi cumprida, simplesmente porque havia a idéia de camuflar o que estava acontecendo.

Há diversas outras situações que devem alertar-nos, quanto a esse momento vivido em São Paulo. Houve 56 mortes em Guarulhos, e tivemos notícia, anteontem, de que mais 2 indivíduos que foram presos pela polícia desapareceram. Quantos

desaparecidos já temos? E, nesse caso, a informação é fundamental.

A Comissão de Direitos Humanos veio toda a esta Conferência para dizer a todos que a situação é gravíssima, e é ainda mais grave por que há a omissão do Poder Público, que simplesmente está calado diante da matança de gente pobre, porque pobre, na verdade, a classe média acha natural que morra, como disse lá uma menina: *"É bem natural que preto e pobre morram, e na mão da polícia."*

Estamos pressionando para que uma das resoluções que saírem desta Conferência seja no sentido de que a questão dos direitos humanos se sobrepõe a qualquer outro interesse, em quaisquer instâncias de Poder, em particular nas Prefeituras - porque acho que as Prefeituras têm condições de combater com eficácia essa questão dos abusos da polícia e de grupos de extermínio, mas têm de estar dispostas a isso, e a primeira disposição que têm de ter é a de denunciar e de ajudar os grupos de direitos humanos a se manifestarem contra essa situação.

Uma das reivindicações que trazemos a esta Conferência é a de que as informações sejam repassadas. Um dos manifestos desta Conferência deve ser a denúncia de todos aqueles que se recusaram a passar as informações, porque elas foram retidas, infelizmente, e essa foi uma das causas de ter havido tantas mortes. Não conseguimos salvar ninguém. Meninos morreram, simplesmente porque eram meninos.

O SR. COORDENADOR (Deputado Luiz Alberto) - Obrigado, Vereador Albertão, de Guarulhos, que foi o último inscrito.

Quero pedir à Iana Orixá Cristina de Oxum que se dirija à Comissão de Direitos Humanos, que já deve estar reunindo-se com os relatores e as relatoras. Alertei à Iana Orixá que ela não vai almoçar porque terá de ir à reunião. É só um relator por grupo. Só um grupo tem 2, o do painel que trata da questão indígena. Esse tem 2 relatores.

Passarei a palavra aos membros da Mesa para as considerações finais, a fim de que os participantes possam dirigir-se ao restaurante. Às 14h30 estaremos de volta ao grupo de trabalho.

Com a palavra o companheiro Jailson Souza Silva.

O SR. JAILSON SOUZA SILVA - Senhores, respeitando o Deputado Luiz Alberto e o estômago de todos os presentes, vou abster-me de falar demais.

Há algumas questões fundamentais. Será proveitoso se conseguirmos sair desta Conferência com algumas metas fundamentais no campo da ação dentro do Congresso e na criação dessa rede. Esperamos que a Conferência possa trabalhar na direção da rede.

Quanto à questão da violência letal juvenil, é claro que há outras formas de violência, mas essa é a mais extrema, e chama a atenção entre todas as outras. Criar mecanismos de combate a ela ajuda a combater as outras. Por isso, acho que essa é uma estratégia fundamental para encaminharmos, a partir desta Conferência.

É só isso. Muito grato por tudo.

O SR. COORDENADOR (Deputado Luiz Alberto) - Muito obrigado, Jailson.

Passo a palavra à Sra. Carmen Silveira.

A SRA. CARMEN SILVEIRA - De nossa parte, da parte da Subsecretaria dos Direitos da Criança e do Adolescente, gostaríamos de fazer a proposição de que, sendo representantes ou interessados, possamos pensar o tema étnico-racial dentro dos programas da Subsecretaria. Nós temos o maior interesse no acolhimento dessas propostas.

Estamos aqui eu, Márcia e Cristina. Na saída, quem quiser poderá integrar-se ao nosso grupo de trabalho para pensar essa programação. É o mínimo que podemos fazer neste momento.

O SR. COORDENADOR (Deputado Luiz Alberto) - Muito obrigado, Carmen Silveira.

Passo a palavra ao Sr. Marcos Alessandro.

O SR. MARCOS ALESSANDRO SILVA DOS SANTOS - Farei um breve comentário sobre a intervenção de Adilson.

De fato, Adilson, o que tivemos recentemente aqui no Congresso Nacional foi uma reunião de vários interesses que confluíram para a aprovação de uma verdadeira lei marcial. Temas que necessitariam de um debate muito mais aprofundado na sociedade foram sumariamente aprovados como projetos e estão aguardando a sanção do Presidente da República. Portanto, esta Conferência tem de se posicionar diante dessa obra do terror, porque o que está sendo proposto é na verdade o recrudescimento de uma ação de violência de Estado sobre a população negra deste País, pois sabemos que, em última análise, essa população é que será vitimada.

Em relação ao que Ana Luiza mencionou, primeiro, quero concordar; a questão central que percebemos em todo este debate é a existência da prática do racismo, e qualquer debate de caráter nacional que venha a acontecer tem de trazer essa centralidade. E tem de trazer outra preocupação também: as comunidades precisam ser suas representações. Nós só entendemos como método de construção de qualquer rede de caráter nacional uma ação que venha de fato das comunidades, para que aquelas lideranças, aqueles jovens, aquelas mulheres, aqueles homossexuais, aquelas lésbicas tenham condições de estar falando da sua própria dor. Entendemos que essa é a melhor forma de fazer qualquer tipo de ação política. Os atores e as atrizes devem falar com suas próprias bocas sobre as suas dores e as suas necessidades. Para concluir, quero dizer o seguinte: temos o entendimento de que a Lei n.º 10.639/03 é fundamental. As políticas afirmativas são fundamentais. Qualquer tipo de ação pública é fundamental, porque vai em direção ao pagamento da dívida histórica que o Estado e a sociedade brasileira têm com o povo negro. Agora, se nós não estivermos vivos, nenhuma dessas ações será efetiva. Portanto, o que está acontecendo é de profunda gravidade.

Como muito bem disse Ana Luiza, o sistema carcerário está pensado para isso. Por isso em nossa campanha estamos afirmando que não estamos fazendo uma campanha conjuntural. Por isso eu não me preocupei, em que pese achar merecedor o debate sobre essa questão de São Paulo, o debate sobre o documentário *Falcão*. Nós não podemos atribuir esse processo de extermínio da população negra no Brasil a uma questão conjuntural. É uma questão que está implícita à formação da sociedade brasileira, e não podemos perder de vista essa questão.

Portanto, quero agradecer a todos e dizer que de fato precisamos dar encaminhamentos objetivos, concretos.

Volto a afirmar que há a necessidade de uma CPI. Num processo de composição, poderemos construir aqui algo que dê conta dessa adversidade - mas essa adversidade não pode diluir o caráter racial que está presente na ação dos grupos de extermínio. Essa é a minha grande preocupação. Temos outras tantas demandas, mas essa questão racial não pode ser diluída, sob pena de continuarmos mascarando o fenômeno do racismo e os seus efeitos sobre a população negra no

Brasil.

O SR. COORDENADOR (Deputado Luiz Alberto) - Obrigado, Marcos Alessandro.

Passo a palavra à Dra. Edna Roland.

A SRA. EDNA ROLAND - Quero responder a algumas questões que me foram dirigidas. Primeiro repondo a Nilcéia, minha companheira de São Paulo.

Tenho aqui alguns dados. É que foi muito pouco o tempo e não pude projetar os *slides*. Mas justamente, pelos dados disponíveis aqui, já juntando a questão trazida por Mãe Val, quando eu disse "meninas pretas" estava falando com ela em particular, e agora vou dizer aqui em público: trata-se de uma categoria oficial do IBGE. São dados acerca não do conjunto da população negra da Região Sul do Brasil, mas de uma pequena parcela da população negra daquela Região, que são aqueles autodeclarados como pretos. Sabemos que o percentual da população negra no Brasil é 45%; dentro destes 45%, 39% são autodeclarados pardos e cerca de 6% são autodeclarados pretos. Não sei exatamente qual é o percentual da Região Sul do Brasil, mas isso diz respeito a essa parte da população negra.

Essa é uma pesquisa feita pela Dra. Ana Volosco, uma pesquisadora de São Paulo. Ela preferiu trabalhar comparando as populações "meninas brancas" e "meninas pretas" porque os dados eram mais contundentes e explicitavam mais a questão da desigualdade. Portanto, não vai nisso nenhuma discordância do que disse Mãe Val.

Esses dados da Região Sul apontam uma elevada mortalidade de meninas pretas de 1 a 9 anos de idade por causas relacionadas ao sangue. E aí a anemia falciforme deve ser uma das causas principais, mas não tenho aqui esse dado separado. Os dados são da mortalidade em geral e da mortalidade evitável. A mortalidade em geral, que são aquelas mortes que não poderiam ter sido evitadas dependendo da assistência, é 5 vezes maior, por causas relacionadas ao sangue, 5 vezes maior do que as mortes de meninas brancas. As mortes evitáveis, que são aquelas mortes por falta de atendimento, por falta de transporte ou por qualquer outra coisa, são 12,8 vezes mais frequentes entre as meninas pretas do que entre as meninas de cor branca.

Sem dúvida, essa calamidade que aparece com esse dado se deve em grande medida à anemia falciforme. Acredito que a Dra. Ana Volosco tem esses dados e pode compartilhá-los com os senhores.

A última questão que quero comentar é esta: foram mencionados dados de mortes de homossexuais no período de 1980 a 2005 por um colega que acho que não está mais aqui. Ele mencionou que, dos homossexuais mortos no Brasil, 47% eram negros. Como o percentual de negros na população brasileira é de 45%, o índice que temos de sobrevalor de mortes nesse caso é de 2%. Portanto, parece-me que esse dado indica que os homossexuais estão sendo vitimados. Aparentemente, não há muita diferença entre negros e brancos. A condição de homossexual parece ser o fator determinante nessa estatística aqui apresentada.

Finalmente, quero dizer que essa situação de extermínio que estamos vivendo no Brasil, em geral e em relação à juventude negra, os fatos específicos que aconteceram em São Paulo nessas últimas semanas, como disse o Vereador Albertão, devem ser objeto de preocupação de todos e devem estar acima de qualquer tipo de interesse político ou de interesse eleitoral. Não podemos submeter a intervenção sobre esses fatos aos interesses de um ou de outro setor político que esteja presente no Município de Guarulhos, em São Paulo, ou em qualquer outro lugar do Brasil.

Era o que tinha a dizer.

O SR. COORDENADOR (Deputado Luiz Alberto) - Muito obrigado, Dra. Edna Roland.

Quero dizer a todos que foi muito importante este painel. Devo dizer que pela primeira vez sou membro permanente da Comissão de Direitos Humanos, e, desde que cheguei aqui, pela primeira vez este tema é exposto de forma bem específica, para que possamos aprofundar a discussão sobre a contribuição do racismo para as mais diferentes formas de violação dos direitos humanos no País.

Aqui na Câmara dos Deputados e no Congresso Nacional existe uma correlação de forças extremamente desigual em relação a essa temática. A maioria dos Parlamentares representam aqui interesses econômicos, interesses das mais diversas naturezas que impedem que possamos fazer o debate dessa questão, e muito menos conseguimos aprovar instrumentos que possam contribuir para superarmos esse quadro de violação dos direitos humanos expresso neste painel e nos outros que estão realizando-se neste momento. Portanto, temos aqui uma correlação de forças extremamente desigual.

Acho importante a participação dos movimentos sociais nesse debate sobre políticas representativas dos seus Parlamentares. É importante debater. Temos poucos Deputados e Deputadas vinculados à luta pelos direitos humanos. Esta é uma Comissão que tem uma participação bastante rarefeita de Parlamentares. Quem acompanha diretamente o nosso dia-a-dia percebe quantos Deputados estão desenvolvendo essa ação, que muitas vezes nem chega ao plenário da Casa para ser debatida ou aprovada. Portanto, precisamos superar esse tipo de dificuldade.

Quero agradecer a todos a presença. Cumprimos uma etapa desta Conferência. Às 14h30, teremos uma reunião do grupo de trabalho, que vai elaborar um relatório, contribuindo para o relatório geral desta X Conferência.

Quero agradecer aos nossos expositores e expositoras, que contribuíram bastante para este debate, e encerro nossos trabalhos convidando a todos para se dirigirem aos restaurantes que estão distribuídos pela Casa. Estaremos neste mesmo auditório às 14h30.

Muito obrigado.



56ª Legislatura - 1ª Sessão Legislativa Ordinária

Câmara dos Deputados - Palácio do Congresso Nacional - Praça dos Três Poderes - Brasília - DF - Brasil - CEP 70160-900
CNPJ: 00.530.352/0001-59

Disque-Câmara: 0800-619-619, de 8h às 20h
Atendimento presencial: de 9h às 19h

[Sobre o Portal](#) [Aplicativos](#) [English](#) [Español](#) [Extranet](#)